

# AES Brasil.

Uma só energia.  
Uma só atitude.

dm



R\$ **774** milhões de investimento

**7,2** milhões de clientes

**5,9** mil colaboradores próprios

Mais de **160** mil pessoas beneficiadas por projetos sociais

R\$ **3,2** bilhões de EBITDA

R\$ **1,9** bilhão de lucro líquido

**50** mil GWh de energia vendida

**14,6** mil GWh de energia gerada

**5** mil km de rede de fibra óptica

 **AES Brasil**

AES Com Rio  
AES Eletropaulo  
AES Eletropaulo Telecom  
AES Infoenergy  
AES Sul  
AES Tietê  
AES Uruguaiana

## Mensagem do Presidente

É com satisfação que compartilhamos nossos resultados de 2009. Em um cenário marcado por uma crise econômica mundial – iniciada em setembro de 2008, nossas empresas ampliaram seus investimentos visando à melhor qualidade na prestação de serviços e ao crescimento de seus negócios.

Ao longo de 2009, o Grupo AES Brasil investiu R\$ 774 milhões na manutenção e expansão do sistema elétrico da AES Eletropaulo e da AES Sul, na inovação tecnológica, na recuperação de perdas de energia na distribuição, na excelência operacional das usinas da AES Tietê e no desenvolvimento de novas tecnologias no segmento de telecomunicações por meio da AES Eletropaulo Telecom e da AES Com Rio. A AES Eletropaulo – a maior distribuidora de energia da América Latina – investiu R\$ 516 milhões, 13% acima do realizado em 2008.

Para 2010, renovamos nosso compromisso com a qualidade dos serviços prestados a nossos mais de 7 milhões de clientes em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e programamos investimentos de R\$ 1,1 bilhão, valor 42% superior a 2009. Desse total, R\$ 957 milhões se destinam às nossas atividades de distribuição de energia elétrica, com destaque à AES Eletropaulo, que investirá R\$ 691 milhões (34% superior a 2009), e à AES Sul, que ampliará seus investimentos para R\$ 266,5 milhões.

De forma a minimizar os impactos de condições climáticas mais severas em São Paulo, que afetaram em 2009 os indicadores de qualidade de nossos serviços, somados a nossos investimentos em automação na rede elétrica, a AES Eletropaulo está ampliando suas ações de manutenção, destacando-se o aumento em cerca de 50% das podas preventivas de árvores em sua área de concessão.

Visando a um melhor atendimento e à comunicação com nossos clientes, a AES Eletropaulo lançou em 2009 uma nova conta de energia, remodelou sua Agência Virtual e implementou o serviço via SMS Torpedo Fácil. A AES Sul realizou 2,3 mil ligações de clientes dentro do Programa Luz para Todos, que desde 2004 já beneficiou 25 mil clientes em sua área de concessão, e também lançou - neste início de 2010 - uma nova conta de energia.

A AES Tietê gerou no ano de 2009 1.662 MW médios de energia (1.510 MW médios, em 2008) e investiu R\$ 57 milhões na manutenção e confiabilidade de suas usinas e na construção de pequenas centrais hidroelétricas no Estado de São Paulo. Recentemente, demos entrada em processo de licenciamento ambiental para projeto termoelétrico de 500 MW, no Estado de São Paulo. Concluímos a estabilização financeira da AES Uruguiana e a redução dos contratos com as distribuidoras de energia elétrica, em vista da ausência de suprimento do gás contratado da Argentina.

Em telecomunicações, ampliamos a carteira de clientes da AES Eletropaulo Telecom e da AES Com Rio em 45% e 22%, respectivamente. Investimos R\$ 58 milhões em expansões, melhorias de rede e sistemas que contribuíram para melhorar o nível de atendimento a nossos clientes. Para atender à crescente demanda de tráfego, nossa capacidade de transmissão de dados foi expandida em 20%, atingindo 446 Gbps.

Em Segurança – nosso Valor número 1 – investimos R\$ 13,6 milhões em treinamento, melhoria de processos e compra de equipamentos de proteção individual e coletiva – voltados a nossos colaboradores próprios e terceiros - e em campanhas direcionadas à segurança da população sobre os riscos que envolvem a rede elétrica. Para 2010, estão planejados investimentos de R\$ 18,8 milhões, reforçando ainda mais as campanhas de segurança com a rede elétrica para a população.

Para a sustentabilidade dos negócios, investimos cerca de R\$ 10 milhões na formação de líderes, no desenvolvimento de sucessores e na capacitação de nossos profissionais, valor 10% superior ao investido em 2008. Encerramos o ano com 5,9 mil profissionais e aumentamos as oportunidades de crescimento para nossos colaboradores. Foram 325 vagas oferecidas internamente, 38% a mais do que em 2008. Conseguimos também atrair novos talentos do mercado, sendo que mais de 14 mil pessoas se inscreveram para 20 vagas no nosso programa de trainees.

Nossa atuação social ganhou mais abrangência com a inauguração, em Osasco, da sexta unidade da Casa de Cultura e Cidadania que, juntamente com as unidades já existentes em Caconde, Barra Bonita, Lins, São José do Rio Pardo e São Paulo, atendem cerca de 5,2 mil crianças e adolescentes em atividades culturais e esportivas e 1,5 mil jovens e adultos em oficinas de geração de renda e cursos profissionalizantes.

Na área ambiental, a AES Tietê já reflorestou 2,7 mil hectares (1,1 mil hectares em 2009) das Áreas de Preservação Permanente situadas no entorno dos reservatórios de suas dez usinas hidroelétricas. Em 2009, a AES Tietê produziu também 2,5 milhões de alevinos de sete espécies nativas do Rio Tietê, destinando-os aos seus reservatórios.

Em 2009, as empresas do Grupo AES Brasil apresentaram lucro líquido de R\$ 1,9 bilhão, 9,6% maior do que o do ano anterior (R\$ 1,7 bilhão). As distribuidoras de energia registraram lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão (R\$ 1,1 bilhão da AES Eletropaulo e R\$ 157 milhões da AES Sul); as geradoras, R\$ 805 milhões (R\$ 780,2 milhões da AES Tietê e R\$ 25 milhões da AES Uruguiana) e as empresas de telecomunicações, R\$ 74 milhões (R\$ 37,6 milhões da AES Eletropaulo Telecom e R\$ 36 milhões da AES Com Rio). A AES Brasil obteve um EBTIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 3,2 bilhões, valor similar ao de 2008.

O trabalho de todos os nossos colaboradores e parceiros, que tanto contribuíram para a performance de nossas empresas, foi reconhecido de várias formas, destacando-se:

- AES Brasil foi eleita uma das 20 empresas-modelo em Sustentabilidade, pelo Guia de Sustentabilidade da Revista Exame;
- AES Eletropaulo conquistou o Prêmio Nacional da Qualidade, concedido pela Fundação Nacional da Qualidade; foi eleita a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica na Satisfação do Cliente da Região Sudeste, conforme pesquisa realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica na apuração do Índice ANEEL de Satisfação do Cliente (IASC); e também foi reconhecida como a Empresa Mais Admirada do Setor de Fornecimento de Energia, pela Revista Carta Capital;
- AES Tietê e AES Eletropaulo Telecom receberam a Medalha de Prata no Prêmio Paulista de Qualidade;
- AES Sul conquistou o Troféu de Prata no Prêmio Gaúcho da Qualidade da Gestão.

A dedicação e o comprometimento de nossos colaboradores e o apoio de nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras, órgãos reguladores, poder público e acionistas foram fundamentais em 2009 e serão imprescindíveis para vencermos os novos desafios de 2010 e para seguirmos contribuindo para o crescimento econômico e social brasileiro.

**Britaldo Soares**  
Presidente da AES Brasil



## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2009

### Prezados Acionistas,

A administração da AES Tietê S.A. ("AES Tietê" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis acompanhadas do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e normas aplicáveis às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

### SOBRE A EMPRESA

A AES Tietê, uma das geradoras do grupo AES Brasil, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa e está autorizada, bem como suas controladas, a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). O contrato de concessão foi assinado em 20 de dezembro de 1999, com duração de 30 anos. O início das operações da AES Tietê ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão da Companhia Energética de São Paulo ("CESP").

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia detém 1.275 MW médios de garantia física\*, disponível para venda em contratos de longo prazo, gerada por suas dez usinas hidrelétricas, localizadas nas regiões central e noroeste do Estado de São Paulo, conforme descrito na tabela abaixo:

Usina	Ano de Conclusão	Capacidade Instalada MW	Garantia Física* MW médios
Barra Bonita	1963	141	45
Bariri	1965	143	66
Ibitinga	1969	132	74
Promissão	1975	264	104
Nova Avanhandava	1982	347	139
Água Vermelha	1978	1.396	746
Caconde	1966	80	33
Euclides da Cunha	1960	109	49
Limoeiro	1958	32	15
Mogi-Guaçu	1994	7	4
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.651</b>	<b>1.275</b>

\* A partir de janeiro de 2010, o termo energia assegurada foi substituído por garantia física. Além das usinas citadas na tabela acima, a AES Tietê também possui em seu parque, 7 pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"), de sua controlada, a AES Minas PCH Ltda., que está autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica, operando com as seguintes PCHs:

Usina	Ano de Conclusão	Capacidade Instalada MW	Garantia física MW médios
Paes Leme	1926	1,9	1,8
Congonha	1927	1,6	1,4
Congonha	-	0,4	0,3
Ribeirão	1911	0,2	1,7
Pirambeira	1958	0,5	0,5
Henrique Portugal	1936	0,8	0,7
Lamins - Quatro Passos*	-	0,8	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>6,2</b>	<b>6,4</b>

\* Usina está desativada. Desde 2006, toda a garantia física da Companhia está sendo vendida para sua coligada, Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo"), a partir de contrato firmado com vigência até 31 de dezembro de 2015. De acordo com esse contrato bilateral, o preço da energia vendida é atualizado anualmente pela variação do IGP-M. Em 2009, o preço médio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo foi de R\$ 150,84 MWh.

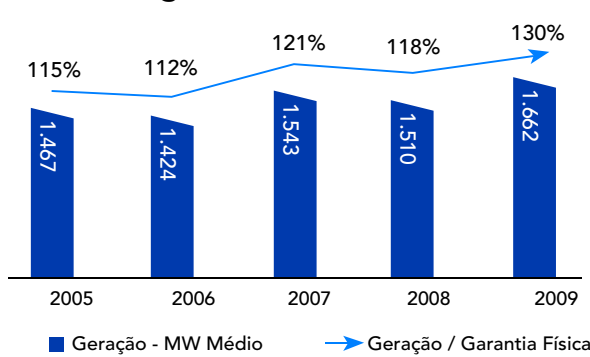
### CONTEXTO SETORIAL

Dados da ANEEL indicam que o Brasil conta com 2.176 empreendimentos de geração de energia em operação, gerando 114.740 MW. Espera-se uma adição de 37.619 MW na capacidade de geração do país nos próximos anos.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2009, as usinas da AES Tietê geraram 14.558,1 GWh de energia, volume 30% superior à sua garantia física. Os sucessivos ganhos de produtividade da AES Tietê são resultados do rigoroso programa de manutenção preventiva que permite garantir o bom índice de disponibilidade que, em 2009, foi de 90,55%, superior ao padrão estabelecido pela ANEEL e Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") (80%).

### Energia Gerada - MW Médio



### DESEMPENHO COMERCIAL

A AES Tietê, em função da regulamentação do setor e de seus contratos de venda de energia, destina o volume equivalente à sua garantia física total para a AES Eletropaulo. Os volumes excedentes, após as exclusões do consumo próprio e perdas técnicas de transmissão, são direcionados primeiramente ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") e, posteriormente, ao Mercado Spot da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") conforme determinação do ONS. A seguir, a tabela de energia faturada da AES Tietê (controladora):

Energia Faturada (GWh)	2008	2009	Var (%) 2009 X 2008
Contrato Bilateral - AES Eletropaulo	11.138,1	11.107,7	-0,3%
Mercado Spot	330,5	956,1	189,3%
MRE	1.679,6	2.372,0	41,2%
<b>Energia Faturada</b>	<b>13.148,2</b>	<b>14.435,7</b>	<b>9,8%</b>

### Contrato bilateral com a AES Eletropaulo

Em outubro de 2003, AES Eletropaulo e AES Tietê assinaram aditamento ao contrato bilateral que alterou a data de vencimento de dezembro de 2015 para junho de 2028, data do encerramento da concessão da AES Eletropaulo. Logo após a assinatura, o aditamento foi submetido à aprovação da ANEEL, sendo negado em agosto de 2005, alegando ser contrário à Lei 10.848, de 15 de março de 2004 (Novo Modelo do Setor Elétrico), publicada 5 meses após a assinatura do aditamento. Visando preservar seus direitos, em 28 de outubro de 2005, a AES Eletropaulo entrou com uma ação na justiça contra essa decisão. Em 21 de agosto de 2007, a ANEEL publicou o despacho nº 2.467, indeferindo o recurso interposto pela AES Eletropaulo no âmbito administrativo e mantendo a decisão publicada por meio de seus despachos nº 1.060 de 24/08/2005 e nº 1.244 de 20/09/2005 que não aprovaram o termo de aditamento ao contrato bilateral. Na esfera jurídica, a AES Eletropaulo continua aguardando o julgamento do mérito em primeira instância. A Companhia estuda diferentes alternativas quanto à estratégia a ser adotada considerando o desenrolar da ação judicial.

### Preço

Em 04 de julho de 2009, ocorreu o reajuste anual pelo IGP-M, de 1,53%, quando o preço da energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo passou de R\$ 149,72/MWh para R\$ 152,00/MWh.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Receita

Em 2009, a AES Tietê auferiu receita bruta de R\$ 1.754,6 milhões, 3,8% superior àquela registrada no ano anterior, de R\$ 1.690,4 milhões. Esse resultado é explicado pelo aumento de 7,1% no preço médio da energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, que passou de R\$ 140,71/MWh em 2008 para R\$ 150,84/MWh em 2009. Este aumento é reflexo dos dois reajustes ocorridos em julho de 2008 (13,44%) e em julho de 2009 (1,53%), compensando a menor receita auferida com a comercialização de energia elétrica na CCEE (operações no MRE e mercado spot) de R\$ 79,0 milhões em 2009 versus R\$ 123,6 milhões em 2008.

A AES Tietê registrou em 2009, R\$ 84,7 milhões em deduções da receita, redução de 0,6% em relação ao apurado em 2008 (R\$ 85,2 milhões). A receita líquida auferida em 2009 totalizou R\$ 1.669,9 milhões, aumento de 4,0% em relação a 2008. A elevação da receita líquida ocorreu, principalmente, devido aos reajustes do preço da energia vendida através do contrato bilateral com a AES Eletropaulo ocorridos em julho de 2008 e julho de 2009 conforme mencionado anteriormente.

#### Custos e Despesas Operacionais

Em 2009, os custos e despesas operacionais da AES Tietê somaram R\$ 474,9 milhões, representando um aumento de 14,2% em relação ao ano anterior. Esse aumento é explicado principalmente pelos seguintes eventos não recorrentes ocorridos no 4T09: (i) provisão no valor de R\$ 20,9 milhões relativos à parcela da AES Tietê na discussão judicial entre a AES SUL e 30 empresas do setor elétrico sobre a contabilização e liquidação de operações realizadas no mercado spot em 2000; (ii) baixa do valor integral de R\$ 18,6 milhões do ativo intangível (licenças, despesas legais, depósitos judiciais e outros) do projeto de 3 pequenas centrais hidrelétricas localizadas no estado do Rio de Janeiro; e (iii) baixa parcial do projeto de reflorestamento/MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) no montante de R\$ 14,4 milhões em decorrência da revisão do critério de contabilização dos valores relacionados a esse projeto. Excluindo os efeitos não recorrentes ocorridos no 4T09, os custos e despesas operacionais teriam um acréscimo de 1,2%.

#### EBITDA

A AES Tietê registrou Ebitda de R\$ 1.260,5 milhões em 2009 com margem de 75,5% e em linha com o Ebitda de 2008. O desempenho é explicado pelo aumento da receita líquida em R\$ 64,7 milhões, compensado pelo aumento de R\$ 58,9 milhões nos custos e despesas operacionais, em função dos eventos não recorrentes realizados no 4T09.

#### Resultado Financeiro

As despesas financeiras da AES Tietê referem-se, principalmente, aos encargos financeiros da dívida com a Eletrobrás, contratada em data anterior à privatização, com correção pelo IGP-M, acrescido de uma taxa de 10,0% a.a.. Em 2009, a Companhia registrou resultado financeiro negativo de R\$ 27,6 milhões, comparado a um resultado também negativo de R\$ 159,4 milhões no ano anterior. A variação positiva decorre, principalmente, da redução das despesas financeiras decorrentes da redução de 13,5% do IGP-M. As receitas financeiras de 2009 comparadas ao ano anterior apresentaram uma redução de 18,2%. Isto se deve, sobretudo, à queda de 2,3 pontos percentuais da taxa Selic média que remunera as aplicações financeiras da Companhia. As despesas financeiras da AES Tietê foram de R\$ 105,2 milhões em 2009, R\$ 149,0 milhões inferior às registradas em 2008. Essa diminuição deve-se, principalmente, à (i) redução de 13,47 pontos percentuais do IGP-M, índice que corrige os encargos financeiros da dívida da Companhia com a Eletrobrás; e (ii) apreciação do real frente ao dólar norte-americano na ordem de 55,8% com impacto no provisionamento da discussão judicial<sup>1</sup> da redistribuição das cotas de Itaipu. <sup>1</sup> - Para maiores detalhes sobre o provisionamento de Itaipu, consultar nota explicativa de provisões e contingências nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP).

#### Lucro Líquido

O lucro líquido auferido pela AES Tietê em 2009 foi de R\$ 780,2 milhões, resultado 12,7% superior ao obtido em 2008. A elevação do lucro líquido é explicada principalmente pelos seguintes fatores: (i) aumento da receita líquida em 4,0% devido aos reajustes anuais de preço da energia vendida para a AES Eletropaulo; (ii) melhora no resultado financeiro em 82,7% devido à redução das despesas financeiras; parcialmente compensados pelo (iii) aumento nos custos e despesas operacionais na ordem de 14,2%.

### ENDIVIDAMENTO

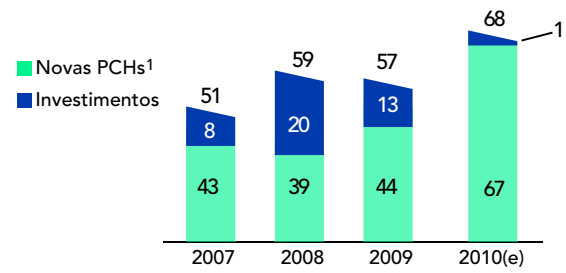
A AES Tietê não possui contratos de financiamento bancário. Sua principal dívida é representada por uma confissão de dívida com a Eletrobrás herdada da CESP em 1999 através do processo de privatização. Sobre essa dívida incorrem juros de 10,0% a.a. mais variação do IGP-M e possui vencimento em 15 de maio de 2013. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo dessa dívida era de R\$ 969,0 milhões. O outro endividamento da Companhia refere-se ao contrato de confissão de dívida com a Fundação CESP (instituição que administra seus planos de benefícios) para financiamento de déficit atuarial referente ao Benefício Suplementar Proporcional Salgado - BSPS, com vencimento em 30 de setembro de 2027. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial ou pela variação do IGP-M acrescido de 6,0% ao ano, entre eles o maior. Ao final de 2009, a dívida líquida era de R\$ 354,4 milhões, 5,6% inferior quando comparada a 2008. Essa queda é explicada, fundamentalmente, pela redução da dívida bruta em R\$ 246,5 milhões devido à amortização do principal da dívida com a Eletrobrás em R\$ 224,0 milhões.

### INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2009 somaram R\$ 56,6 milhões, R\$ 2,6 milhões inferiores ao realizado em 2008.

- Principais Investimentos realizados em 2009:**
- R\$ 30,7 milhões - manutenção e modernização;
  - R\$ 11,1 milhões - projetos de meio ambiente; e
  - R\$ 12,3 milhões - PCHs Jaguari-Mirim

### Histórico de Investimentos (R\$ Milhões)



1- PCHs Jaguari Mirim e Piabanha

#### Investimentos estimados para 2010:

- R\$ 56,0 milhões - manutenção, modernização e TI;
- R\$ 10,4 milhões - projetos de meio ambiente; e
- R\$ 1,1 milhão - PCHs Jaguari-Mirim

#### Descontinuidade dos Investimentos no Projeto das PCHs de Piabanha:

O projeto de Piabanha consiste na construção de três PCHs localizadas no Estado do Rio de Janeiro por meio da subsidiária AES Rio PCH Ltda. A capacidade instalada total do projeto é de 52 MW, com energia firme de 28,97 MW médios. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2009 somam R\$ 24,5 milhões.

Em 23 de outubro de 2006, a AES Tietê assinou um Contrato de Compra e Venda de Autorizações para Exploração de Potencial Hidráulico, cujos direitos de implantação e exploração foram aprovados pela ANEEL, em 10 de Abril de 2007, por meio das resoluções 868, 869 e 870. Os projetos contam com Licença de Instalação emitida pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro - FEEMA. A Companhia obteve, em 11 de novembro de 2008, a declaração de utilidade pública para as obras e atividades de infra-estrutura a serem realizadas no âmbito do projeto. Adicionalmente, em 08 de dezembro de 2008, obteve a autorização para supressão de vegetação nativa, necessária à implantação dos empreendimentos. Na mesma data, foi celebrado Termo de Compromisso Ambiental - TCA, estabelecendo as medidas ecológicas, de caráter mitigador, compensatório e de adequação ambiental, em razão da realização de obras de construção das PCH's. Após realizar uma criteriosa reavaliação de todos os aspectos do projeto através de análises de viabilidade e estudos de sensibilidade aos riscos envolvidos na execução do projeto, foi constatada a baixa probabilidade de retorno do referido projeto. Consequentemente, foi constituída a baixa do valor integral de R\$ 18 milhões do ativo intangível (licenças, despesas legais, depósitos judiciais e outros) associados ao projeto. Os valores remanescentes no ativo imobilizado da Companhia (R\$ 5,9 milhões) referem-se ao valor contábil das terras onde seriam construídas as PCHs. Em reunião realizada em 11 de março de 2010, o Conselho de Administração da AES Tietê aprovou a descontinuidade dos investimentos associados às PCHs de Piabanha. A Companhia continuará avaliando as oportunidades para a realização desses ativos.

#### Obrigações de Expansão

O Edital de Privatização da AES Tietê estabeleceu a obrigação para a Companhia de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração (Obrigação de Expansão), em no mínimo 15% (aproximadamente 400 MW), no período de 8 anos, a partir da assinatura do seu Contrato de Concessão, ocorrida em dezembro de 1999. Contudo, foram estabelecidas restrições regulatórias desde a privatização, em especial a criação do Novo Modelo do Setor Elétrico, que tornou inviável o cumprimento da obrigação, tal qual originalmente concebida. Existem ainda restrições regionais, como a insuficiência de recursos hídricos no Estado de São Paulo, e restrições ambientais que impediram o atendimento da obrigação de expansão. A AES Tietê tem mantido entendimentos com o Governo do Estado de São Paulo, com o objetivo de readequar a obrigação de expansão à nova realidade setorial/regulamentar.

Adicionalmente, foram desenvolvidos estudos com o intuito de analisar as possibilidades de expansão de geração no Estado de São Paulo. A partir do relatório elaborado após os estudos, foram criados grupos de trabalho incluindo membros da AES Tietê e de diferentes órgãos do governo do Estado de São Paulo com o objetivo de avaliar as seguintes possibilidades:

- Potenciais hidrelétricos,
- Oportunidades de co-geração, e
- Energias alternativas

Em 26 de agosto de 2008, a ANEEL emitiu o despacho nº 3.168 no qual entendeu que a obrigação de expansão vincula a AES Tietê ao Governo do Estado de São Paulo, colocando-se apenas como fiscalizadora do acordo e manifestando ausência de necessidade de aditamento do contrato de concessão. Tendo em vista as modificações na regulamentação do setor e o despacho da ANEEL, acima referido, a AES Tietê vem discutindo alternativas junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo para o atendimento da obrigação.

Em 27 de julho de 2009, a AES Tietê foi notificada pela Procuradoria Geral do Estado para se pronunciar quanto ao cumprimento da obrigação de expansão. A Companhia apresentou resposta em 29 de julho informando os projetos analisados visando o cumprimento da referida obrigação, o que esgota o procedimento da Notificação. Eventual desdobramento depende de nova manifestação da Procuradoria. Visando cumprir com o requerimento de expansão, a Companhia vem estudando a viabilidade de implantação de uma usina termelétrica a gás natural com capacidade de geração de 500 MW e de duas PCHs com potência instalada de 32 MW. Também contribuirão para o cumprimento de tal obrigação, a conclusão de projeto de 7 MW de geração hidrelétrica controladas das PCHs São José e São Joaquim (PCHs Jaguari-Mirim) que entrarão em operação em 2010 e 6 MW de co-geração através de biomassa contratados por 15 anos com início de suprimento a partir de 2010.

#### Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

O programa de P&D da AES Tietê é uma importante ferramenta na busca por geração e comercialização de energia de forma sustentável e segura, atendendo às necessidades de seus clientes, comunidades, colaboradores, fornecedores e sociedade. O programa anual de P&D concentra seus esforços no desenvolvimento de novas tecnologias, processos, equipamentos e materiais sempre buscando a excelência operacional, com segurança e sem agredir o meio ambiente. Em 2009 foram investidos R\$ 1,6 milhões em 13 projetos nas diversas áreas e segmentos citados.

### SEGURANÇA E SAÚDE

A AES Tietê tem a segurança como seu valor número 1. Estimular a cultura de segurança entre os colaboradores e prestadores de serviços e manter a população informada para evitar acidentes estão entre seus principais compromissos. Outro compromisso importante é com a manutenção de um processo de revisão contínuo do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SGSST), voltado a colaboradores próprios e contratados. A segurança é tema constante de programas voltados a colaboradores, como o Pé na Estrada, e de workshops e palestras realizadas para empresas terceirizadas. Em 2009, a Companhia implementou novos programas e metas na unificação dos processos de segurança em todas as usinas. O objetivo é a adoção dos 20 padrões de segurança da AES Corp aplicáveis à atividade de geração de energia. Para tanto, foi introduzida uma nova sistemática de implementação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SGSST), pela qual cada padrão terá um responsável por sua implantação em cada usina. O projeto teve início nas hidrelétricas de Ibitinga, Limoeiro e Euclides da Cunha.

### SEGURANÇA COM POPULAÇÃO

Anualmente, a AES Tietê promove campanhas de informação e conscientização da população em relação aos riscos envolvendo o uso dos reservatórios. São veiculadas campanhas publicitárias em jornais regionais e spots em rádios que alertam, por exemplo, sobre o perigo de nadar nas represas.

### GESTÃO AMBIENTAL

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da AES Tietê tem como premissa a conservação dos recursos naturais dos quais depende a atividade de geração de energia. Esse sistema foi desenvolvido com base na Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho do Grupo AES no Brasil, que define os compromissos a serem seguidos por todos os colaboradores. Esses compromissos envolvem o planejamento e o desenvolvimento de tecnologias e processos que minimizem os impactos ambientais, a operação e manutenção das instalações nos termos da legislação ambiental, a adoção de medidas de conservação e de uso racional de recursos naturais. Faz parte de sua política socioambiental a conscientização de colaboradores e da população, bem como investimentos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento voltados à preservação do meio ambiente. O SGA é um processo de melhoria contínua, por meio do desenvolvimento de objetivos, metas e programas de gestão. Contempla a sistemática de todas as atividades da Companhia, especialmente aquelas que oferecem maiores riscos ao meio ambiente. O sistema abrange ainda ações de qualificação e gestão de fornecedores de serviços e materiais, em relação ao atendimento da legislação ambiental e das políticas da Companhia e à prevenção de impactos e acidentes ambientais. Em 2009, a Companhia deu continuidade ao programa de restauração florestal, realizando plantios nas bordas dos reservatórios das usinas de Promissão, Água Vermelha e Barra Bonita. No mesmo ano, a Companhia foi reconhecida pela revista Época como líder em políticas ambientais para a redução das emissões dos gases de efeito estufa.

### GESTÃO SOCIAL

O ano de 2009 foi marcado por intenso trabalho de integração das políticas de recursos humanos e de automação dos processos para todas as empresas do grupo AES Brasil, permitindo maior coesão entre os programas e transparência no relacionamento com os colaboradores e abrindo novas oportunidades de crescimento profissional em todo o Grupo. O principal enfoque desse trabalho é a política de desenvolvimento de carreira, que inclui os processos de educação continuada, estágio, reconhecimento, cursos de idioma e participação em cursos e seminários. Entre os destaques está a implementação do programa de crescimento profissional Siga Livre que promoveu a reestruturação do plano de cargos e salários da AES Tietê e definiu a hierarquia e as atribuições de cada cargo na Companhia.

#### Comunidade

Em 2009, a AES Tietê reforçou a identificação de seus projetos sociais à estratégia do Grupo AES, de criar valor para que todos os seus *stakeholders* possam crescer de forma sustentável. Seus principais programas sociais já adotam essa linha, enfocando principalmente o desenvolvimento econômico e socioambiental das comunidades de abrangência das usinas, com ênfase no desenvolvimento por meio da educação, cultura e esportes. A Companhia também incentiva seus colaboradores a participar de ações sociais voluntárias, promovendo sua interação com a comunidade.

#### Casa de Cultura e Cidadania

Voltado principalmente para comunidades em situação de risco, a Casa da Cultura e Cidadania tem como objetivo o desenvolvimento de pessoas por meio de programas educacionais e atividades de lazer, bem como a conscientização sobre o consumo responsável de água e energia elétrica e sobre os riscos que envolvem a rede elétrica. Em 2009, beneficiou mais de 3 mil crianças, adolescentes e adultos em suas unidades nas cidades de Caconde, Barra Bonita, Lins e São José do Rio Pardo. O programa possui duas frentes de atuação distintas. A primeira tem como público-alvo crianças e adolescentes. De segunda a sexta-feira, das 8 h às 17 h, oferece em suas seis unidades atividades como leitura, artes circenses, artes visuais e digitais, música, teatro, dança e ginástica rítmica desportiva. A outra frente é voltada a jovens e adultos, que têm acesso a cursos profissionalizantes e de empreendedorismo, oficinas para geração de renda, bem como educação voltada a adultos e palestras. Para atingir seu público-alvo, os cursos são ministrados nas noites de segunda a sexta-feira e aos sábados.

#### Programa Energia do Bem

O Programa de Voluntariado da AES Brasil tem como objetivo oferecer apoio e engajar seus colaboradores próprios e contratados que desejam, voluntariamente, contribuir para a transformação de comunidades onde a AES está inserida. Em 2009, foi lançado um portal eletrônico para divulgar as oportunidades de voluntariado e as contrapartidas oferecidas pelo Grupo para facilitar o trabalho voluntário. Os colaboradores que se cadastram no site têm acesso ao Manual do Voluntariado e podem se inscrever nas vagas disponíveis. No ano passado, foram realizadas campanhas que envolveram cerca de 600 voluntários e ajudaram mais de 40 instituições.

### RECONHECIMENTOS

- Carteira ISE - Índice de Sustentabilidade da BM&FBovespa
- Melhor empresa do setor de energia - Maiores e Melhores da Revista Exame;
- Medalha de prata no Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão e
- Prêmio Destaque da Agência Estado Empresas.



Uma Empresa AES Brasil



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2009

AES Tietê S.A.

CNPJ 02.998.609/0001-27 - Companhia Aberta

www.aestiete.com.br

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2009

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

A AES Tietê possui o compromisso de reforçar os níveis de sustentabilidade de sua atuação, ratificado por meio da transparência de seu relacionamento com os diversos públicos. O uso de boas práticas de governança corporativa é conduzida valorizada por seus acionistas e administradores. A Companhia possui, em seu Conselho de Administração, cerca de 20% de membros independentes. Atualmente, o Conselho é composto por dezenove membros, sendo onze membros efetivos e oito suplentes, dos quais: quatorze representam os acionistas controladores (doze representam a AES e dois representam a BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR")), dois representam os empregados, dois representam os membros independentes e um representa os minoritários. O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas da administração da Companhia referentes ao exercício social que se findará em 31 de dezembro de 2010. A Companhia conta com um Conselho Fiscal, atualmente composto por dez membros, sendo cinco membros efetivos e cinco suplentes, dos quais seis são representantes da BNDESPAR; dois são indicados pelos acionistas minoritários e dois são indicados por acionistas detentores de ações preferenciais. A AES Tietê mantém ainda um Comitê de Gestão permanente, que atua junto ao Conselho de Administração e a Diretoria, cuja função é prestar suporte e assessoria técnica ao Conselho de Administração. Esse Comitê é formado por seis membros: três representantes da AES e três da BNDESPAR. Adicionalmente, a AES Tietê está preparada para suprir a AES Corporation - sua controladora indireta norte-americana - com informações exigidas pela Lei Sarbanes-Oxley.

Reforçando o compromisso do Grupo AES Brasil com a sustentabilidade, em 2009 a AES Tietê foi selecionada por mais um ano para compor a carteira de 2010 do Índice de Sustentabilidade Empresarial, uma parceria da FGV com a Bovespa. A carteira reúne empresas que apresentam alto grau de comprometimento com a sustentabilidade corporativa, baseada na eficiência econômica, no equilíbrio ambiental, na justiça social e na governança corporativa.

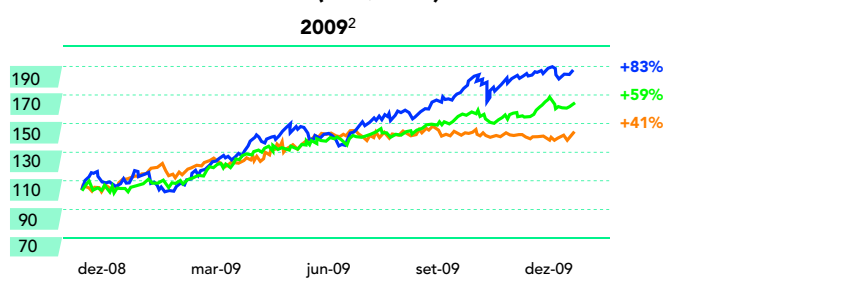
### MERCADO DE CAPITAIS

A AES Tietê é uma Companhia aberta e suas ações são negociadas na BM&FBovespa, com as denominações GETI3 (ordinárias) e GETI4 (preferenciais). A Companhia também mantém o programa de ADRs em Nível I, com negócios no mercado de balcão, em Nova York (EUA), cujos códigos são AESAY (ordinárias) e AESYY (preferenciais).

Em 2009, as ações (GETI3) e (GETI4) apresentaram alta de 34,5% e 34,7%, respectivamente. As ações encerraram o ano de 2009 cotadas à R\$ 17,20 (GETI3) e R\$ 20,00 (GETI4). O Ibovespa (Índice da Bolsa de Valores de São Paulo) e pelo IEE (Índice de Energia Elétrica) valorizaram 82,7% e 59,1%, respectivamente.

As ações GETI3 e GETI4 foram negociadas em todos os pregões da BM&FBovespa ao longo do ano de 2009. Para as ações ordinárias, foram registrados 45.010 negócios durante o ano, envolvendo aproximadamente 30,8 milhões de ações. O volume médio diário negociado em 2009 foi de R\$ 2,1 milhões, 22,1% inferior ao volume médio negociado em 2008. No caso das ações preferenciais, foram registrados 229,7 negócios em 2009, envolvendo aproximadamente 105,3 milhões de ações. O volume médio diário negociado foi de R\$ 8,0 milhões, 45,5% superior à média registrada em 2008. Em 31 de dezembro de 2009, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 7,0 bilhões.

### AES Tietê<sup>1</sup> x Ibovespa x IEE Base 100 (Dez/2008)



1 - Ajustadas pelos dividendos declarados no período 2 - Data Base: 30/12/08 = 100

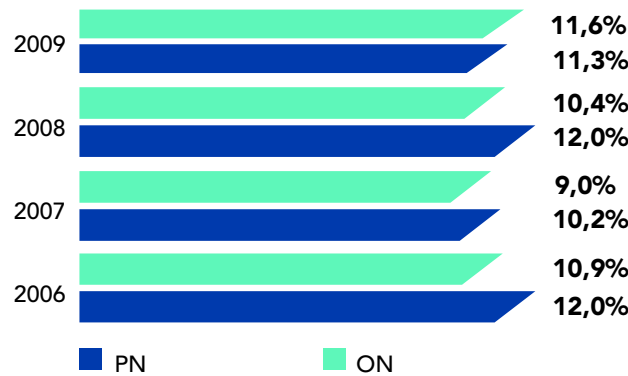
### REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em reunião realizada em 11 de março de 2010, o Conselho de Administração propôs o pagamento de R\$ 113,7 milhões a título de dividendos referentes ao resultado do quarto trimestre de 2009, o que corresponde a R\$ 0,284394455 por ação ordinária e R\$ 0,312833901 por ação preferencial.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2009, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 30,7 milhões, equivalente a R\$ 0,076790790 por ação ordinária e R\$ 0,084469869 por ação preferencial. O pagamento será deliberado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 30 de abril de 2010.

Com a deliberação desses pagamentos pela Assembleia Geral Ordinária, em 13 de abril de 2010, o valor total de remuneração paga aos acionistas referente ao exercício de 2009, somará R\$ 780,2 milhões, montante equivalente a 100,0% do lucro líquido do período.

### Proventos Pagos x Dividend Yield



Dividend yield - Preço Médio Ponderado do Período

### SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

A AES Tietê utiliza os serviços de Auditoria Independente da Ernst & Young Auditores Independentes. No decorrer do exercício, não foram contratados, da empresa quaisquer serviços não-relacionados à auditoria contábil, reforçando a impossibilidade de ocorrência de algum tipo de conflito de interesses.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio que recebemos de todos os nossos acionistas, instituições financeiras, fornecedores, clientes e, em especial, dos nossos colaboradores, cuja confiança na qualidade da operação da AES Tietê é fundamental para garantir o sucesso da Companhia.

### BALANÇO SOCIAL

1 - Base de Cálculo	2009 Valor (Mil reais)			2008 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	1.662.979			1.599.004		
Resultado operacional (RO)	1.205.649			1.186.882		
Folha de pagamento bruta (FPB)	60.441			48.295		

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.931	3,20%	0,12%	2.129	4,41%	0,13%
Encargos sociais compulsórios	11.755	19,45%	0,71%	9.610	19,90%	0,60%
Previdência privada	2.364	3,91%	0,14%	(1.108)	-2,29%	-0,07%
Saúde	1.527	2,53%	0,09%	1.523	3,15%	0,10%
Segurança e saúde no trabalho	625	1,03%	0,04%	532	1,10%	0,03%
Educação	781	1,29%	0,05%	665	1,38%	0,04%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	862	1,43%	0,05%	614	1,27%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	7.374	12,20%	0,44%	6.849	14,18%	0,43%
Outros	75	0,12%	0,00%	76	0,16%	0,00%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>27.294</b>	<b>45,16%</b>	<b>1,64%</b>	<b>20.890</b>	<b>43,25%</b>	<b>1,31%</b>

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.808	0,15%	0,11%	1.223	0,10%	0,08%
Cultura	6.820	0,57%	0,41%	6.015	0,51%	0,38%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	1.569	0,13%	0,09%	1.223	0,10%	0,08%
Creches	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	135	0,01%	0,01%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>10.197</b>	<b>0,85%</b>	<b>0,61%</b>	<b>8.596</b>	<b>0,72%</b>	<b>0,54%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	67.663	5,61%	4,07%	67.534	5,69%	4,22%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>77.860</b>	<b>6,46%</b>	<b>4,68%</b>	<b>76.130</b>	<b>6,41%</b>	<b>4,76%</b>

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	9.356	0,78%	0,56%	7.400	0,62%	0,46%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	12.318	1,02%	0,74%	4.698	0,40%	0,29%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>21.674</b>	<b>1,80%</b>	<b>1,30%</b>	<b>12.098</b>	<b>1,02%</b>	<b>0,76%</b>

Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%
( ) cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	( ) cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2009	2008
Nº de empregados(as) ao final do período	315	318
Nº de admissões durante o período	46	48
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	339	327
Nº de estagiários(as)	6	4
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	76	86
Nº de mulheres que trabalham na empresa	35	32
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	11,80%	15,40%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	25	23
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	8,30%	0,00%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	3	3

A Administração						
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2009	Metas 2010				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,9	não há				
Número total de acidentes de trabalho	1	0				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção gerências	(X) direção e empregados(as)	( ) todos(as) dos(as)	( ) direção gerências	(X) direção e empregados(as)	( ) todos(as) dos(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção gerências	( ) todos(as) dos(as)	( ) todos(as) dos(as)	( ) direção e gerências	(X) todos(as) dos(as)	( ) todos(as) dos(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção gerências	( ) direção e empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção gerências	( ) direção e empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção gerências	( ) direção e empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção gerências	( ) direção e empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0	na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2009: R\$ 1.389.325</b>		<b>Em 2008: R\$ 1.399.583</b>			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	32,76% governo acionistas	3,83% colaboradores(as) terceiros	29,34% governo acionistas	3,02% colaboradores(as) terceiros		

### 7 - Outras Informações

Não há

### BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008		2009	2008	2009	2008
<b>Ativo Circulante</b>									
Disponibilidades	5	151	215	200	12	103.085	201.151	103.610	202.936
Aplicações financeiras	5	612.462	835.415	614.408	13	248.713	228.015	248.713	228.015
Revendedores	6	14.541	10.697	15.097	13	4.048	4.819	4.048	4.819
Contas a receber de partes relacionadas	21	186.511	188.458	186.511	7	329.946	254.524	330.040	254.760
Tributos e contribuições sociais compensáveis	7	25.323	24.377	25.323	17	146.824	195.372	146.824	195.372
Tributos e contribuições sociais diferidos	8	5.722	4.360	5.722	15	32.126	34.966	32.126	34.966
Tributos a recuperar	9	11.687	12.687	11.687	16	2.090	17.779	2.090	17.779
Outros créditos		7.455	7.228	8.465		25.202	21.886	25.195	22.130
<b>Total do Circulante</b>		<b>863.852</b>	<b>1.083.437</b>	<b>867.413</b>		<b>892.034</b>	<b>958.512</b>	<b>892.646</b>	<b>960.777</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>									
Revendedores	6	-	1.534	-	12	61.192	22.365	61.192	22.365
Tributos e contribuições sociais diferidos	8	20.325	8.990	20.325	13	716.275	982.693	716.275	982.693
Tributos a recuperar	9	119.411	130.680	119.411	16	79.217	47.705	79.397	47.705
Cauções e depósitos vinculados	16	58.639	55.474	58.661		45	-	47	-
Outros créditos	79	676	592	1.405		<b>856.729</b>	<b>1.052.763</b>	<b>856.911</b>	<b>1.052.763</b>
Total do realizável a longo prazo		198.454	197.354	198.989					
Investimento	10	21.579	36.600	2.099	17	207.227	207.227	207.227	207.227
Imobilizado - custo líquido da depreciação	11	1.165.208	1.194.212	1.181.386	17	252.364	252.364	252.364	252.364
Intangível	707	709	707	709	17	41.446	41.446	41.446	41.446
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>1.385.948</b>	<b>1.428.875</b>	<b>1.383.181</b>		<b>501.037</b>	<b>501.037</b>	<b>501.037</b>	<b>501.037</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.249.800</b>	<b>2.512.312</b>	<b>2.250.594</b>		<b>2.249.800</b>	<b>2.512.312</b>	<b>2.250.594</b>	<b>2.514.577</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008  
(em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação, apresentado em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
<b>Operacional</b>					
Suprimento e transporte de energia	18	1.746.737	1.682.417	1.754.557	1.690.331
Outras receitas		45	80	45	80
<b>Receita Operacional Bruta</b>		<b>1.746.782</b>	<b>1.682.497</b>	<b>1.754.602</b>	<b>1.690.411</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>					
PIS		(12.041)	(12.022)	(12.085)	(12.084)
COFINS		(55.561)	(55.477)	(55.764)	(55.762)
ICMS		(62)	(35)	(740)	(1.393)
Pesquisa e Desenvolvimento		(16.139)	(15.959)	(16.139)	(15.959)
<b>Total das Deduções da Receita Operacional</b>		<b>(83.803)</b>	<b>(83.493)</b>	<b>(84.728)</b>	<b>(85.198)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>1.662.979</b>	<b>1.599.004</b>	<b>1.669.874</b>	<b>1.605.213</b>
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>					
Pessoal		(40.006)	(27.441)	(40.974)	(28.394)
Material		(3.982)	(3.965)	(4.329)	(4.277)
Serviço de terceiros		(25.483)	(18.777)	(28.058)	(20.476)
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos		(60.608)	(53.501)	(60.608)	(53.501)
Energia elétrica comprada para revenda	18	(46.209)	(46.384)	(46.450)	(46.854)
Encargos de conexão de energia	18	(850)	(853)	(850)	(876)
Encargos de transmissão	18	(105.942)	(137.856)	(105.942)	(137.909)
Depreciação e amortização		(65.130)	(64.329)	(65.489)	(64.542)
Provisões operacionais	19	(35.162)	(2.966)	(54.758)	(2.966)
Seguros		(6.529)	(4.557)	(6.529)	(4.557)
Outras despesas líquidas		(6.065)	(1.217)	(6.116)	(1.349)
<b>Total do Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>		<b>(395.956)</b>	<b>(361.847)</b>	<b>(420.103)</b>	<b>(365.701)</b>
<b>Lucro Operacional Bruto</b>		<b>1.267.023</b>	<b>1.237.157</b>	<b>1.249.771</b>	<b>1.239.512</b>
<b>Despesas Operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	19	(37.355)	(36.226)	(37.355)	(36.226)
Outras despesas operacionais	19	(17.418)	(14.049)	(17.418)	(14.049)
<b>Resultado do Serviço</b>		<b>1.212.520</b>	<b>1.186.882</b>	<b>1.194.998</b>	<b>1.189.237</b>
Resultado de participações societárias		(17.465)	2.380	-	-
<b>Receita (Despesa) Financeira</b>					
Rescisão	20	77.424	94.492	77.610	94.897
Despesa	20	(114.090)	(124.803)	(114.230)	(124.825)
Variações monetárias/cambiais, líquidas	20	9.023	(129.422)	9.023	(129.422)
<b>Total Receita (Despesa) Financeira</b>		<b>(27.643)</b>	<b>(159.733)</b>	<b>(27.597)</b>	<b>(159.350)</b>
<b>Resultado antes dos Tributos</b>		<b>1.167.142</b>	<b>1.029.529</b>	<b>1.167.401</b>	<b>1.029.887</b>
Contribuição social corrente	8	(105.034)	(83.844)	(105.130)	(83.966)
Imposto de renda corrente	8	(282.301)	(225.146)	(282.464)	(225.382)
Contribuição social diferida	8	189	(7.351)	189	(7.351)
Imposto de renda diferido	8	239	(20.726)	239	(20.726)
<b>Total dos Tributos</b>		<b>(386.907)</b>	<b>(337.067)</b>	<b>(387.168)</b>	<b>(337.425)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>780.235</b>	<b>692.462</b>	<b>780.235</b>	<b>692.462</b>
<b>Lucro por ação - em R\$</b>		<b>2,05</b>	<b>1,82</b>	<b>2,05</b>	<b>1,82</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido do exercício	780.235	692.462	780.235	692.462
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	65.130	64.165	65.489	64.378
Variação monetária/cambial	(6.133)	129.422	(6.132)	129.422
Resultado da equivalência patrimonial	17.465	2.430	-	-
Provisão para contingências	15.823	(2.383)	16.003	2.433
Provisão para redução ao provável valor de realização	14.440	46.849	32.991	46.849
Desativação de bens e direitos	1.982	1.351	2.568	1.351
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	266	-
Ganho atuarial	-	(2.438)	-	(2.438)
Tributos e contribuições sociais diferidos	(428)	28.077	(428)	28.077
Outras obrigações	-	-	(14)	-
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante:</b>				
Revededores	(364)	(53.028)	(362)	(52.855)
Tributos e contribuições sociais	271	(43.912)	298	(43.991)
Cauções e depósitos vinculados e outros créditos	(3.165)	8.924	(3.966)	8.319
Outros créditos	(2.075)	283	(1.972)	270
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante:</b>				
Fornecedores	(77.284)	57.287	(78.775)	58.125
Folha de pagamento	(980)	111	(1.418)	30
Tributos e contribuições sociais e Obrigações estimadas	73.801	185.394	73.659	185.612
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	3.568	(747)	3.568	(747)
<b>Total das atividades operacionais</b>	<b>882.286</b>	<b>1.114.253</b>	<b>882.010</b>	<b>1.117.297</b>
<b>Atividades de investimento:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado	(52.546)	(39.559)	(54.741)	(59.743)
Aumento em investimentos	-	(21.021)	-	(1.327)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(52.546)</b>	<b>(60.580)</b>	<b>(54.741)</b>	<b>(61.070)</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>				
Dividendos recebidos	-	2.700	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(828.782)	(664.228)	(828.782)	(664.228)
Pagamento de empréstimos	(223.975)	(190.212)	(223.975)	(190.212)
<b>Total das atividades de financiamento</b>	<b>(1.052.757)</b>	<b>(851.740)</b>	<b>(1.052.757)</b>	<b>(854.440)</b>
<b>Varição no caixa líquido da Companhia</b>	<b>(223.017)</b>	<b>201.933</b>	<b>(225.488)</b>	<b>201.787</b>
Saldo no início do exercício (*)	835.630	633.697	840.096	638.309
<b>Saldo no final do exercício (*)</b>	<b>612.613</b>	<b>835.630</b>	<b>614.608</b>	<b>840.096</b>

(\*) Composto pelas rubricas Disponibilidades e Aplicações Financeiras, do Ativo Circulante (vide nota nº 5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008  
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Capital social		Reserva de capital		Reserva de lucro - Legal		Lucros acumulados		Total
		2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007</b>										
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	692.462	-	501.037
Distribuição de dividendos - RCA 14/05/08		-	-	-	-	-	-	(172.820)	-	(172.820)
Distribuição de dividendos - RCA 12/08/08		-	-	-	-	-	-	(134.078)	-	(134.078)
Distribuição de dividendos - RCA 13/11/08		-	-	-	-	-	-	(187.740)	-	(187.740)
Juros sobre o capital próprio - RCA 19/12/08	17 b	-	-	-	-	-	-	(31.315)	-	(31.315)
Dividendos propostos pela Administração	17 c	-	-	-	-	-	-	(166.509)	-	(166.509)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>		207.227	252.364	-	-	41.446	-	780.235	-	780.235
Lucro líquido do exercício	17 d	-	-	-	-	-	-	692.462	-	692.462
Distribuição de dividendos - RCA 14/05/09	17 e	-	-	-	-	-	-	(215.295)	-	(215.295)
Distribuição de dividendos - RCA 13/08/09	17 f	-	-	-	-	-	-	(199.199)	-	(199.199)
Distribuição de dividendos - RCA 12/11/09	17 g	-	-	-	-	-	-	(221.400)	-	(221.400)
Juros sobre o capital próprio - RCA 15/12/09	17 h	-	-	-	-	-	-	(30.688)	-	(30.688)
Dividendos propostos pela Administração		-	-	-	-	-	-	(113.653)	-	(113.653)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>		207.227	252.364	-	-	41.446	-	840.096	-	840.096

(\*) RCA - Reunião do Conselho de Administração (vide nota nº 17)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado		Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro - Legal	Lucros acumulados	Total
	2009	2008	2009	2008						
<b>1. Receitas</b>	<b>1.784.164</b>	<b>1.721.158</b>	<b>1.775.043</b>	<b>1.763.022</b>						
Receitas bruta de vendas de energia e serviços	1.746.782	1.682.497	1.754.602	1.690.411						
Outras receitas e despesas operacionais	(15.164)	(898)	(34.300)	(898)						
Receita relativa à construção de ativos próprios	52.546	39.559	54.741	73.509						
<b>2. Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>382.266</b>	<b>352.631</b>	<b>388.144</b>	<b>389.268</b>						
Material e serviços de terceiros	46.375	37.544	49.307	39.555						
Materiais e custos operacionais	65.349	36.933	65.859	37.068						
Custo de energia comprada e transmissão	157.388	185.094	157.629	185.635						
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	60.608	53.501	60.608	53.501						
Construção de ativos próprios	52.546	39.559	54.741	73.509						
<b>3. Retenções</b>	<b>65.130</b>	<b>64.899</b>	<b>65.489</b>	<b>65.112</b>						
Depreciação e amortização	65.130	64.899	65.489	65.112						
<b>4. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>1.336.768</b>	<b>1.303.628</b>	<b>1.321.410</b>	<b>1.308.642</b>						
<b>5. Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>92.889</b>	<b>96.872</b>	<b>110.541</b>	<b>94.897</b>						
Resultado da equivalência patrimonial	(17.465)	2.380	-	-						
Receitas financeiras	110.354	94.492	110.541	94.897						
<b>6. Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>1.429.657</b>	<b>1.400.500</b>	<b>1.431.951</b>	<b>1.403.539</b>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional	3. Sumário das Principais Práticas Contábeis																																																												
<p>A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto e suas controladas, estão autorizadas a operar como concessionárias de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo o contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, prazo de duração de 30 anos.</p> <p>O início das operações da Tietê ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão da Companhia Energética de São Paulo - Cesp.</p> <p>O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Usina</th> <th>Ano de conclusão</th> <th>Quantidade de turbinas</th> <th>Capacidade instalada MW (*)</th> <th>Energia Assegurada MW (*)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mogi-Guaçu</td> <td>1994</td> <td>2</td> <td>7</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>Limoeiro</td> <td>1958</td> <td>2</td> <td>32</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>Cacoande</td> <td>1966</td> <td>2</td> <td>80</td> <td>33</td> </tr> <tr> <td>Euclides da Cunha</td> <td>1960</td> <td>4</td> <td>109</td> <td>49</td> </tr> <tr> <td>Ibitinga</td> <td>1969</td> <td>3</td> <td>132</td> <td>74</td> </tr> <tr> <td>Barra Bonita</td> <td>1964</td> <td>4</td> <td>141</td> <td>45</td> </tr> <tr> <td>Bariri</td> <td>1969</td> <td>3</td> <td>143</td> <td>66</td> </tr> <tr> <td>Promissão</td> <td>1977</td> <td>3</td> <td>264</td> <td>104</td> </tr> <tr> <td>Nova Avanhandava</td> <td>1985</td> <td>3</td> <td>347</td> <td>139</td> </tr> <tr> <td>Água Vermelha</td> <td>1979</td> <td>6</td> <td>1.396</td> <td>746</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td><b>32</b></td> <td><b>2.651</b></td> <td><b>1.275</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Informações não auditadas</p> <p>A partir de 2006, toda a energia assegurada da Companhia está sendo vendida para sua coligada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo).</p> <p>O contrato firmado com a Eletropaulo tem sua vigência até 31 de dezembro de 2015, e determina que o preço da energia vendida seja atualizado anualmente pela variação do IGP.M. Em outubro de 2003, a Companhia e a Eletropaulo assinaram um aditamento a esse contrato, prorrogando a data de vencimento para junho de 2028. No entanto, esse aditivo não foi homologado pela ANEEL. Em decorrência de tal fato a Eletropaulo ajustou medida judicial contra a ANEEL, a qual aguarda julgamento em primeira instância. Considerando as atuais regras para compra e venda de energia por meio de leilão, e se mantidas estas regras até 2015, o preço de venda, a partir daquela data, poderá ser diferente do preço atual reajustado pelas condições do contrato vigente.</p> <p>O Edital de Privatização da Tietê previa a obrigação do detentor do bloco de controle da Tietê, solidariamente com a Tietê expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, em no mínimo 15%, no período de oito anos, a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo, gerando assim, o aumento na capacidade instalada da Tietê, ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respaldando as restrições regulamentares. De forma a cumprir com tal obrigação, a Tietê, logo após seu leilão de privatização, enviou esforços sob o antigo modelo do setor elétrico para ampliar seu parque gerador em 15%. Esses esforços foram realizados por meio de 2 (dois) grandes projetos termelétricos.</p> <p>Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão, acima referida, inviável. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, tais como as condições de fornecimento de gás natural e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram a continuidade desses projetos. Desde então, a Tietê vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.</p>	Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (*)	Energia Assegurada MW (*)	Mogi-Guaçu	1994	2	7	4	Limoeiro	1958	2	32	15	Cacoande	1966	2	80	33	Euclides da Cunha	1960	4	109	49	Ibitinga	1969	3	132	74	Barra Bonita	1964	4	141	45	Bariri	1969	3	143	66	Promissão	1977	3	264	104	Nova Avanhandava	1985	3	347	139	Água Vermelha	1979	6	1.396	746	<b>Total</b>		<b>32</b>	<b>2.651</b>	<b>1.275</b>	<p><b>a) Práticas contábeis específicas do setor</b></p> <p><b>Custos indiretos de obras em andamento:</b> parte dos gastos da administração central é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente, com base nos gastos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, relacionados às obras em curso.</p> <p><b>Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:</b> as compras (custo de energia comprada) e as vendas (receitas de suprimento) no mercado de curto prazo são registradas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas pela CCEE. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração, utilizando</p>
Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (*)	Energia Assegurada MW (*)																																																									
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4																																																									
Limoeiro	1958	2	32	15																																																									
Cacoande	1966	2	80	33																																																									
Euclides da Cunha	1960	4	109	49																																																									
Ibitinga	1969	3	132	74																																																									
Barra Bonita	1964	4	141	45																																																									
Bariri	1969	3	143	66																																																									
Promissão	1977	3	264	104																																																									
Nova Avanhandava	1985	3	347	139																																																									
Água Vermelha	1979	6	1.396	746																																																									
<b>Total</b>		<b>32</b>	<b>2.651</b>	<b>1.275</b>																																																									

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2009 e 2008  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo contém a relação dos pronunciamentos do CPC aprovados pela CVM e pelo CFC durante o exercício de 2009:

Pronunciamento	Deliberação CVM		Resolução CFC	
	Número	Data	Número	Data
CPC 16	575/09	05/jun/09	1170/09	29/mai/09
CPC 17	576/09	05/jun/09	1171/09	29/mai/09
CPC 20	577/09	05/jun/09	1172/09	29/mai/09
CPC 15	580/09	31/jul/09	1175/09	24/jul/09
CPC 21	581/09	31/jul/09	1174/09	24/jul/09
CPC 22	582/09	31/jul/09	1176/09	24/jul/09
CPC 27	583/09	31/jul/09	1177/09	24/jul/09
CPC 28	584/09	31/jul/09	1178/09	24/jul/09
CPC 23				
CPC 24	592/09	15/set/09	1179/09	24/jul/09
CPC 25	593/09	15/set/09	1180/09	28/ago/09
CPC 26	594/09	15/set/09	1180/09	24/jul/09
CPC 29	595/09	15/set/09	1185/09	28/ago/09
CPC 30	596/09	15/set/09	1186/09	28/ago/09
CPC 31	597/09	15/set/09	1187/09	28/ago/09
CPC 32	598/09	15/set/09	1188/09	28/ago/09
CPC 33	599/09	15/set/09	1189/09	28/ago/09
ICPC 08	600/09	07/out/09	1193/09	16/set/09
ICPC 19	601/09	07/out/09	1195/09	21/out/09
CPC 18	605/09	26/nov/09	1241/09	27/nov/09
CPC 35	606/09	26/nov/09	1242/09	27/nov/09
CPC 36	607/09	26/nov/09	1239/09	27/nov/09
CPC 37	608/09	26/nov/09	1240/09	27/nov/09
CPC 38	609/09	26/nov/09	1253/09	10/dez/09
CPC 39	604/09	19/nov/09	1196/09	21/out/09
CPC 40	604/09	19/nov/09	1197/09	21/out/09
CPC 43	604/09	19/nov/09	1198/09	21/out/09
ICPC 01	610/09	22/dez/09	1254/09	10/dez/09
ICPC 02	611/09	22/dez/09	1261/09	10/dez/09
ICPC 03	612/09	22/dez/09	1266/09	10/dez/09
ICPC 04	613/09	22/dez/09	1256/09	10/dez/09
ICPC 05	614/09	22/dez/09	1257/09	10/dez/09
ICPC 06	615/09	22/dez/09	1258/09	10/dez/09
ICPC 07	616/09	22/dez/09	1256/09	10/dez/09
ICPC 09	617/09	22/dez/09	1260/09	10/dez/09
ICPC 10	618/09	22/dez/09	1262/09	10/dez/09
ICPC 11	619/09	22/dez/09	1263/09	10/dez/09
ICPC 12	620/09	22/dez/09	1264/09	10/dez/09
ICPC 13	621/09	22/dez/09	1265/09	10/dez/09
ICPC 14	622/09	22/dez/09	1266/09	10/dez/09
ICPC 15	623/09	22/dez/09	1267/09	10/dez/09
ICPC 16	624/09	22/dez/09	1268/09	10/dez/09
ICPC 17	625/09	22/dez/09	1269/09	10/dez/09
ICPC 18	626/09	22/dez/09	1270/09	10/dez/09
ICPC 19	627/09	22/dez/09	1271/09	10/dez/09
ICPC 20	628/09	22/dez/09	1272/09	10/dez/09
ICPC 21	629/09	22/dez/09	1273/09	10/dez/09
ICPC 22	630/09	22/dez/09	1274/09	10/dez/09
ICPC 23	631/09	22/dez/09	1275/09	10/dez/09
ICPC 24	632/09	22/dez/09	1276/09	10/dez/09
ICPC 25	633/09	22/dez/09	1277/09	10/dez/09
ICPC 26	634/09	22/dez/09	1278/09	10/dez/09
ICPC 27	635/09	22/dez/09	1279/09	10/dez/09
ICPC 28	636/09	22/dez/09	1280/09	10/dez/09
ICPC 29	637/09	22/dez/09	1281/09	10/dez/09
ICPC 30	638/09	22/dez/09	1282/09	10/dez/09
ICPC 31	639/09	22/dez/09	1283/09	10/dez/09
ICPC 32	640/09	22/dez/09	1284/09	10/dez/09
ICPC 33	641/09	22/dez/09	1285/09	10/dez/09
ICPC 34	642/09	22/dez/09	1286/09	10/dez/09
ICPC 35	643/09	22/dez/09	1287/09	10/dez/09
ICPC 36	644/09	22/dez/09	1288/09	10/dez/09
ICPC 37	645/09	22/dez/09	1289/09	10/dez/09
ICPC 38	646/09	22/dez/09	1290/09	10/dez/09
ICPC 39	647/09	22/dez/09	1291/09	10/dez/09
ICPC 40	648/09	22/dez/09	1292/09	10/dez/09
ICPC 41	649/09	22/dez/09	1293/09	10/dez/09
ICPC 42	650/09	22/dez/09	1294/09	10/dez/09
ICPC 43	651/09	22/dez/09	1295/09	10/dez/09
ICPC 44	652/09	22/dez/09	1296/09	10/dez/09
ICPC 45	653/09	22/dez/09	1297/09	10/dez/09
ICPC 46	654/09	22/dez/09	1298/09	10/dez/09
ICPC 47	655/09	22/dez/09	1299/09	10/dez/09
ICPC 48	656/09	22/dez/09	1300/09	10/dez/09
ICPC 49	657/09	22/dez/09	1301/09	10/dez/09
ICPC 50	658/09	22/dez/09	1302/09	10/dez/09
ICPC 51	659/09	22/dez/09	1303/09	10/dez/09
ICPC 52	660/09	22/dez/09	1304/09	10/dez/09
ICPC 53	661/09	22/dez/09	1305/09	10/dez/09
ICPC 54	662/09	22/dez/09	1306/09	10/dez/09
ICPC 55	663/09	22/dez/09	1307/09	10/dez/09
ICPC 56	664/09	22/dez/09	1308/09	10/dez/09
ICPC 57	665/09	22/dez/09	1309/09	10/dez/09
ICPC 58	666/09	22/dez/09	1310/09	10/dez/09
ICPC 59	667/09	22/dez/09	1311/09	10/dez/09
ICPC 60	668/09	22/dez/09	1312/09	10/dez/09
ICPC 61	669/09	22/dez/09	1313/09	10/dez/09
ICPC 62	670/09	22/dez/09	1314/09	10/dez/09
ICPC 63	671/09	22/dez/09	1315/09	10/dez/09
ICPC 64	672/09	22/dez/09	1316/09	10/dez/09
ICPC 65	673/09	22/dez/09	1317/09	10/dez/09
ICPC 66	674/09	22/dez/09	1318/09	10/dez/09
ICPC 67	675/09	22/dez/09	1319/09	10/dez/09
ICPC 68	676/09	22/dez/09	1320/09	10/dez/09
ICPC 69	677/09	22/dez/09	1321/09	10/dez/09
ICPC 70	678/09	22/dez/09	1322/09	10/dez/09
ICPC 71	679/09	22/dez/09	1323/09	10/dez/09
ICPC 72	680/09	22/dez/09	1324/09	10/dez/09
ICPC 73	681/09	22/dez/09	1325/09	10/dez/09
ICPC 74	682/09	22/dez/09	1326/09	10/dez/09
ICPC 75	683/09	22/dez/09	1327/09	10/dez/09
ICPC 76	684/09	22/dez/09	1328/09	10/dez/09
ICPC 77	685/09	22/dez/09	1329/09	10/dez/09
ICPC 78	686/09	22/dez/09	1330/09	10/dez/09
ICPC 79	687/09	22/dez/09	1331/09	10/dez/09
ICPC 80	688/09	22/dez/09	1332/09	10/dez/09
ICPC 81	689/09	22/dez/09	1333/09	10/dez/09
ICPC 82	690/09	22/dez/09	1334/09	10/dez/09
ICPC 83	691/09	22/dez/09	1335/09	10/dez/09
ICPC 84	692/09	22/dez/09	1336/09	10/dez/09
ICPC 85	693/09	22/dez/09	1337/09	10/dez/09
ICPC 86	694/09	22/dez/09	1338/09	10/dez/09
ICPC 87	695/09	22/dez/09	1339/09	10/dez/09
ICPC 88	696/09	22/dez/09	1340/09	10/dez/09
ICPC 89	697/09	22/dez/09	1341/09	10/dez/09
ICPC 90	698/09	22/dez/09	1342/09	10/dez/09
ICPC 91	699/09	22/dez/09	1343/09	10/dez/09
ICPC 92	700/09	22/dez/09	1344/09	10/dez/09
ICPC 93	701/09	22/dez/09	1345/09	10/dez/09
ICPC 94	702/09	22/dez/09	1346/09	10/dez/09
ICPC 95	703/09	22/dez/09	1347/09	10/dez/09
ICPC 96	704/09	22/dez/09	1348/09	10/dez/09
ICPC 97	705/09	22/dez/09	1349/09	10/dez/09
ICPC 98	706/09	22/dez/09	1350/09	10/dez/09
ICPC 99	707/09	22/dez/09	1351/09	10/dez/09
ICPC 100	708/09	22/dez/09	1352/09	10/dez/09
ICPC 101	709/09	22/dez/09	1353/09	10/dez/09
ICPC 102	710/09	22/dez/09	1354/09	10/dez/09
ICPC 103	711/09	22/dez/09	1355/09	10/dez/09
ICPC 104	712/09	22/dez/09	1356/09	10/dez/09
ICPC 105	713/09	22/dez/09	1357/09	10/dez/09
ICPC 106	714/09	22/dez/09	1358/09	10/dez/09
ICPC 107	715/09	22/dez/09	1359/09	10/dez/09
ICPC 108	716/09	22/dez/09	1360/09	10/dez/09
ICPC 109	717/09	22/dez/09	1361/09	10/dez/09
ICPC 110	718/09	22/dez/09	1362/09	10/dez/09
ICPC 111	719/09	22/dez/09	1363/09	10/dez/09
ICPC 112	720/09	22/dez/09	1364/09	10/dez/09
ICPC 113	721/09	22/dez/09	1365/09	10/dez/09
ICPC 114	722/09	22/dez/09	1366/09	10/dez/09
ICPC 115	723/09	22/dez/09	1367/09	10/dez/09
ICPC 116	724/09	22/dez/09	1368/09	10/dez/09
ICPC 117	725/09	22/dez/09	1369/09	10/dez/09
ICPC 118	726/09	22/dez/09	1370/09	10/dez/09
ICPC 119	727/09	22/dez/09	1371/09	10/dez/09
ICPC 120	728/09	22/dez/09	1372/09	10/dez/09
ICPC 121	729/09	22/dez/09	1373/09	10/dez/09
ICPC 122	730/09	22/dez/09	1374/09	10/dez/09
ICPC 123	731/09	22/dez/09	1375/09	10/dez/09
ICPC 124	732/09	22/dez/09	1376/09	10/dez/09
ICPC 125	733/09	22/dez/09	1377/09	10/dez/09
ICPC 126	734/09	22/dez/09	1378/09	10/dez/09
ICPC 127	735/09	22/dez/09	1379/09	10/dez/09
ICPC 128	736/09	22/dez/09	1380/09	10/dez/09
ICPC 129	737/09	22/dez/09	1381/09	10/dez/09
ICPC 130	738/09	22/dez/09	1382/09	10/dez/09
ICPC 131	739/09	22/dez/09	1383/09	10/dez/09
ICPC 132	740/09	22/dez/09	1384/09	10/dez/09
ICPC 133	741/09	22/dez/09	1385/09	10/dez/09
ICPC 134	742/09	22/dez/09	1386/09	10/dez/09
ICPC 135	743/09	22/dez/09	1387/09	10/dez/09
ICPC 136	744/09	22/dez/09	1388/09	10/dez/09
ICPC 137	745/09	22/dez/09	1389/09	10/dez/09
ICPC 138	746/09	22/dez/09	1390/09	10/dez/09
ICPC 139	747/09	22/dez/09	1391/09	10/dez/09
ICPC 140	748/09	22/dez/09	1392/09	10/dez/09
ICPC 141	749/09	22/dez/09	1393/09	10/dez/09
ICPC 142	750/09	22/dez/09	1394/09	10/dez/09
ICPC 143	751/09	22/dez/09	1395/09	10/dez/09
ICPC 144	752/09	22/dez/09	1396/09	10/dez/09
ICPC 145	753/09	22/dez/09	1397/09	10/dez/09
ICPC 146	754/09	22/dez/09	1398/09	10/dez/09
ICPC 147	755/09	22/dez/09	1399/09	10/dez/09
ICPC 148	756/09	22/dez/09	1400/09	10/dez/09
ICPC 149	757/09	22/dez/09	1401/09	10/dez/09
ICPC 150	758/09	22/dez/09	1402/09	10/dez/09
ICPC 151	759/09	22/dez/09	1403/09	10/dez/09
ICPC 152	760/09	22/dez/09	1404/09	10/dez/09
ICPC 153	761/09	22/dez/09	1405/09	10/dez/09
ICPC 154	762/09	22/dez/09	1406/09	10/dez/09
ICPC 155	763/09	22/dez/09	1407/09	10/dez/09
ICPC 156	764/09	22/dez/09	1408/09	10/dez/09
ICPC 157	765/09	22/dez/09	1409/09	10/dez/09
ICPC 158	766/09	22/dez/09	1410/09	10/dez/09
ICPC 159	767/09	22/dez/09	1411/09	10/dez/09
ICPC 160	768/09	22/dez/09	1412/09	10/dez/09
ICPC 161	769/09	22/dez/09	1413/09	10/dez/09
ICPC 162	770/09	22/dez/09	1414/09	10/dez/09
ICPC 163	771/09	22/dez/09	1415/09	10/dez/09
ICPC 164	772/09	22/dez/09	1416/09	10/dez/09
ICPC 165	773/09	22/dez/09	1417/09	10/dez/09
ICPC 166	774/09	22/dez/09	1418/09	10/dez/09
ICPC 167				

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
 31 de dezembro de 2009 e 2008  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos - Circulante e Não Circulante**

	Controladora e consolidado	
	Ativo	
	2009	2008
Diferidos:		
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.063	2.121
Provisão para contingências fiscais	593	1.781
Provisão para contingências trabalhistas	1.279	1.506
Provisão sobre perdas na realização de ativos	5.142	813
Imposto de renda a recuperar sobre ágio	6.683	6.683
Provisão para contingências civis	7.443	-
Provisão Fornecedores Mat./Serv.	1.649	220
Outros	1.195	226
Total	<b>26.047</b>	<b>13.350</b>
Parcela classificada no circulante	5.722	4.360
Ativo não circulante	20.325	8.990

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela sua Administração, reconheceu créditos tributários sobre a totalidade das diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia, não sendo apurados ajustes em relação à previsão inicial da Administração.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora e consolidado - 2009		
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Tributos a recuperar (*)	Total
2011	1.942	10.852	12.794
2012	1.406	10.347	11.753
2013	905	9.925	10.830
2014	922	9.283	10.205
2015	824	8.642	9.466
2016 a 2018	3.028	22.283	25.311
2019 a 2021	11.298	17.702	29.000
2022 a 2024	-	14.009	14.009
2025 a 2027	-	11.098	11.098
2028 a 2029	-	5.270	5.270
Total	<b>20.325</b>	<b>119.411</b>	<b>139.736</b>

(\*) A estimativa de realização de tributos a recuperar foi definida através de Ofício da ANEEL (vide nota nº 9). As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008:

	Consolidado			
	IRPJ		CSLL	
	2009	2008	2009	2008
Variação dos saldos dos tributos e das contribuições diferidos:				
Diferenças temporárias - provisões	9.259	(11.440)	3.437	(4.008)
Benefício fiscal da amortização do ágio	(9.020)	(9.286)	(3.248)	(3.343)
Total	<b>239</b>	<b>(20.726)</b>	<b>189</b>	<b>(7.351)</b>

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social  
 O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos diferidos relativos a diferenças temporárias são registrados nas contas patrimoniais. A seguir demonstramos a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	Consolidado			
	IRPJ		CSLL	
	2009	2008	2009	2008
Composição no resultado:				
Corrente	(282.464)	(105.130)	(225.382)	(83.966)
Diferido	239	189	(20.726)	(7.351)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<b>(282.225)</b>	<b>(104.941)</b>	<b>(246.108)</b>	<b>(91.317)</b>
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	1.167.401	1.167.401	1.029.887	1.029.887
Adições (exclusões):				
Juros sobre o capital próprio - TJLP	(30.688)	(30.688)	(31.315)	(31.315)
Doações	10.483	10.483	8.404	8.404
Provisão para redução ao provável valor de realização	18.551	18.551	-	-
Outros	(1.436)	255	2.448	2.957
Subtotal	<b>(3.090)</b>	<b>(1.399)</b>	<b>(20.463)</b>	<b>(19.954)</b>
Base de cálculo	1.164.311	1.166.002	1.009.424	1.009.933
Aliquota	25%	9%	25%	9%
Tributos	<b>(291.078)</b>	<b>(104.941)</b>	<b>(252.356)</b>	<b>(90.894)</b>
Incentivos fiscais	39.717	7.422	-	-
Outros	(864)	-	(1.174)	(423)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<b>(282.225)</b>	<b>(104.941)</b>	<b>(246.108)</b>	<b>(91.317)</b>

**9. Tributos a Recuperar - Circulante e Não Circulante**

Os tributos a recuperar referem-se ao benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda. pela Companhia. A movimentação no exercício é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	2009		2008	
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.303	(541.563)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(453.445)	302.893	(150.552)	(139.995)
Subtotal	354.858	(238.670)	116.188	126.745
AES Tietê Participações S.A.				
Ágio gerado pela TP na aquisição da participação da Tietê	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(26.730)	17.642	(9.088)	(9.088)
Saldos oriundos da incorporação	55.690	(36.755)	18.935	18.935
Amortização acumulada	(10.099)	6.074	(4.025)	(2.313)
Subtotal	45.591	(30.681)	14.910	16.622
Saldo no final do exercício	<b>400.449</b>	<b>(269.351)</b>	<b>131.098</b>	<b>143.367</b>
Parcela classificada como circulante			11.687	12.687
Parcela classificada como não circulante			119.411	130.680

Incorporação do ágio da AES Gás Ltda. e AES Tietê Participações  
 Referem-se a ágios originalmente pagos pela empresa AES Gás Ltda. e AES Tietê Participações S.A. (TP), quando da aquisição de participações na Companhia e que têm por fundamento econômico a expectativa de resultados futuros da Companhia. Em 2000 e 2007, respectivamente, as companhias implementaram reestruturações societárias, de forma que a AES Gás Ltda. e a AES Tietê Participações S.A. foram incorporadas pela Companhia. Nesse processo, os valores desses ágios, líquidos da provisão para proteção dos acionistas minoritários, foram incorporados pela Companhia, passando-se a ser classificadas na rubrica Tributos a Recuperar, uma vez que esses valores líquidos referem-se ao benefício fiscal futuro que será auferido pela Companhia, quando da amortização dos valores brutos dos ágios (dedutível) e de suas respectivas provisões (não tributável).

Tanto os ágios, quanto as provisões, vêm sendo amortizados de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura da Companhia, pelo prazo da concessão.

De acordo com o requerido na Instrução CVM nº 349, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal, anteriormente descrito, está sendo apresentado no ativo circulante e não realizável a longo prazo, sob a rubrica "Tributos a recuperar", conforme a expectativa de sua realização. As amortizações do ágio e sua provisão são reclassificadas na demonstração do resultado, para fins de apresentação, como despesa de imposto de renda e contribuição social.

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, a reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, será capitalizada em favor do acionista controlador, Companhia Brasileira de Energia, à medida que o benefício fiscal seja realizado. Até 31 de dezembro de 2009, o valor do benefício fiscal gerado e registrado foi de R\$154.577 (R\$142.308 até 31 de dezembro de 2008), dos quais R\$141.938 (R\$129.669 até 31 de dezembro de 2008) já foram efetivamente realizados financeiramente e podem ser utilizados para aumento de capital. Do montante efetivamente realizado financeiramente, em 25 de fevereiro de 2005, foi utilizado o montante de R\$59.811 para aumento de capital social, conforme aprovação do Conselho de Administração da Companhia (vide nota no 17a). Esse valor refere-se ao benefício fiscal realizado até 31 de dezembro de 2003.

**10. Investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Investimento em controladas				
AES Minas PCH Ltda.	12.561	8.907	-	-
AES Rio PCH Ltda.	5.592	24.267	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital				
AES Rio PCH Ltda.	1.327	1.327	-	-
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	2.099	2.099
Total	<b>21.579</b>	<b>36.600</b>	<b>2.099</b>	<b>2.099</b>

Os investimentos em controladas são representados pela participação na AES Minas PCH Ltda. (AES Minas), uma empresa operacional que detém a concessão para operação de pequenas centrais hidrelétricas, e na AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), uma empresa em fase pré-operacional, que detém a concessão para construir e operar três pequenas centrais hidrelétricas (Posse, Monte Alegre e São Sebastião), localizadas no Estado de Rio de Janeiro.

**AES Minas**

Informações sobre investimentos em controlada avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

	2009		2008	
	Quantidade de quotas do capital social	8.573.000	8.573.000	8.573.000
Porcentagem de participação		99,99%		99,99%
Valor do capital social		8.573		8.573
Valor do patrimônio líquido		12.561		8.907
Resultado do exercício		1.210		2.380

**AES Rio**

O capital social da controlada AES Rio é de R\$24.267 em 31 de dezembro de 2009. Até 31 de dezembro de 2009, a AES Rio não teve atividades operacionais.

	2009		2008	
	Quantidade de quotas do capital social	24.267.465	24.267.465	24.267.465
Porcentagem de participação		100,00%		100,00%
Valor do capital social		24.267		24.267
Valor do patrimônio líquido		5.593		24.267
Resultado do exercício		(18.675)		-

A Controlada AES Rio obtve, em 11 de novembro de 2008, as DUPs (Declarações de Utilidade Pública) relacionadas às áreas de interesse para construção e conservação ambiental dos empreendimentos, tendo obtido, em 8 de dezembro de 2008, a autorização para supressão de vegetação nativa, necessária à implantação dos empreendimentos. As DUPs foram necessárias para autorização de supressão vegetal, conforme o disposto na Lei 11648/06 (Lei da Mata Atlântica), e, a partir da emissão da respectiva autorização foi concluído o planejamento dos programas ambientais dos empreendimentos, condicionantes das respectivas Licenças de Instalação e Autorização de Supressão Vegetal. A Administração da controlada AES Rio reavaliou as premissas de expectativa de realização futura, em 30 de dezembro de 2009, quando ficou definido pela descontinuidade dos projetos em andamento, resultando na constituição de provisão de redução ao provável valor de realização do valor integral do ativo intangível, no montante de R\$18.511 (vide nota 19).

**11. Imobilizado**

a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora e consolidado				
	2009		2008		
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo Corrigido	Remuneração e encargos financeiros durante a construção	Depreciação acumulada	Saldo líquido
<b>AES Tietê S.A.:</b>					
Torreões	-	97.394	63.727	-	161.121
Reservatórios, barragens e adutoras	2,07%	1.057.186	707.812	(1.130.317)	634.681
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,26%	201.720	155.639	(276.559)	80.800
Máquinas e equipamentos	2,87%	386.104	240.055	(426.884)	199.275
Veículos	3,47%	2.999	-	(2.289)	710
Móveis e utensílios e outros	8,00%	17.237	-	(8.480)	8.757
Imobilizado em serviço		1.762.640	1.167.233	(1.844.529)	1.085.344
Imobilizado em curso		99.085	-	-	99.085
(-) Florest. e reflorestamento (I)		(14.440)	-	-	(14.440)
Obrigações especiais		(4.781)	-	-	(4.781)
<b>Total Imobilizado - líquido</b>		<b>1.842.504</b>	<b>1.167.233</b>	<b>(1.844.529)</b>	<b>1.165.208</b>
<b>AES Minas PCH Ltda.:</b>					
Imobilizado em serviço		7.572	-	(1.163)	6.409
Imobilizado em curso		3.806	-	-	3.806
Total Imobilizado - Minas		<b>11.378</b>	-	<b>(1.163)</b>	<b>10.215</b>
<b>AES Rio PCH Ltda.:</b>					
Imobilizado em curso	(II)	5.963	-	-	5.963
Total Imobilizado - Rio		<b>5.963</b>	-	-	<b>5.963</b>
<b>Total</b>		<b>1.859.845</b>	<b>1.167.233</b>	<b>(1.845.692)</b>	<b>1.181.386</b>
<b>Consolidado</b>					
Imobilizado em serviço		1.755.772	1.167.233	(1.845.692)	1.077.313
Imobilizado em curso		108.854	-	-	108.854
Obrigações especiais		(4.781)	-	-	(4.781)
Total imobilizado		<b>1.859.845</b>	<b>1.167.233</b>	<b>(1.845.692)</b>	<b>1.181.386</b>

(I) Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia revisou o critério de contabilização dos valores relacionados ao projeto de reflorestamento, e baseado nesta análise, registrou baixa parcial desse projeto no montante de R\$ 14.440 (vide nota 19).

(II) O ativo intangível da AES Rio PCH Ltda. de montante total R\$18.551 (vide nota nº 14), e suas premissas de expectativa de realização futura foram reavaliados, resultando em provisão de redução ao provável valor de realização do valor total do ativo intangível.

b) Depreciação  
 A Companhia utiliza taxas de depreciação por categoria de bem estabelecidas nas Resoluções ANEEL nº 002 e nº 44, de 24 de dezembro de 1997 e de 18 de março de 1999, respectivamente, as quais levam em consideração a vida útil-econômica estimada dos ativos.

Nos termos da legislação em vigor, as depreciações são calculadas e contabilizadas a partir da data da entrada em operação dos bens e das instalações transferidas para as imobilizações em serviço.

c) **Dos bens vinculados à concessão**  
 Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da controladora no montante de R\$1.165.208, em 31 de dezembro de 2009. O prazo da concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1 é de trinta anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que foi em 20 de dezembro de 1999. O contrato de concessão estabelece o valor do pagamento do encargo de Uso do Bem Público, durante o período de 5 anos, sendo este encargo pago até 31 de dezembro de 2004. Não há valores adicionais a serem pagos pela concessão.

Durante o exercício, a Companhia não efetuou nenhum pagamento referente às taxas ou encargos relacionados à concessão, mas os custos têm sido registrados no resultado, quando incorridos.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia e sua controladora tinham a obrigação de expandir a capacidade instalada em 15% até 31 de dezembro de 2007. A Companhia tem mantido negociações com o Governo do Estado de São Paulo para readequar essa obrigação à nova realidade setorial/regulamentar.

d) **Reversão dos bens à União**  
 Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11 do Contrato de Concessão nº 92/99 ("Contrato"), assinado pela Tietê e ANEEL em 20 de dezembro de 1999, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos Aproveitamentos Hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Esses bens representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da Companhia no valor de R\$1.165.208, em 31 de dezembro de 2009.

e) **Obrigações especiais (valor originário da cisão da Cesp)**  
 Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

**12. Fornecedores - Circulante e Não Circulante**

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante:				
Energia de curto prazo e energia livre	4.671	5.239	4.671	5.295
Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	6.394	10.417	6.394	10.424
Encargos de uso das demais instalações de transmissão - TUSDG	132.826	190.118	132.826	190.118
Materiais e serviços	20.386	17.742	20.911	19.464
Total	<b>164.277</b>	<b>223.516</b>	<b>164.802</b>	<b>225.301</b>
Parcela classificada no circulante	103.085	201.151	103.610	202.936
Passivo não circulante	61.192	22.365	61.192	22.365

**Encargos de uso das demais instalações de transmissão**

Em 13 de janeiro de 2009, a Companhia, com intermediação da ANEEL, concluiu a negociação com as distribuidoras e celebrou Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) com as seguintes empresas: Companhia Paulista de Força e Luz, Elektro - Eletricidade e Serviços S.A., e Companhia Paulista de Energia Elétrica (Distribuidoras). Nesta mesma data, a Companhia e as Distribuidoras, assinaram o Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (Termo). Este Termo teve como objetivo o reconhecimento e o compromisso de pagamento pela Companhia do montante de R\$177.337, que compreende os encargos mensais de TUSDG referente ao período de julho de 2004 a dezembro de 2008. De acordo com o contrato, o pagamento desta obrigação deve ser feito em 36 parcelas mensais, iguais e consecutivas, ajustadas pela SELIC, vencendo a primeira em 30 de janeiro de 2009.

**13. Empréstimos e Financiamentos**

O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás:		
Principal		
Circulante	248.713	228.015
Não Circulante	716.275	982.693
Total	<	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
 31 de dezembro de 2009 e 2008  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As operações financeiras com a Fundação Cesp, registradas no passivo circulante e não circulante, estão sumarizadas conforme segue:

	2009			2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>						
Confissão de dívida III	265	7.798	<b>8.063</b>	133	8.331	<b>8.464</b>
Ganho atuarial (*)	(265)	(7.798)	<b>(8.063)</b>	(133)	(8.331)	<b>(8.464)</b>
<b>Total registrado</b>	-	-	-	-	-	-

(\*) O ganho atuarial registrado está limitado ao valor da confissão de dívida III.

**15. Pesquisas e Desenvolvimento**

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Passivo Circulante:		
Pesquisa e Desenvolvimento		30.542
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico		1.056
Ministério das Minas e Energia		528
<b>Total</b>	<b>32.126</b>	<b>34.966</b>

**16. Provisões para Litígios e Contingências**

	Consolidado			
	Provisões para Contingências		Cauções e Depósitos Vinculados	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Trabalhista (a)	3.761	4.430	1.236	688
Pis/Cofins (b)	48.414	46.299	57.425	54.786
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	6.930	14.755	-	-
Provisão meio ambiente (d)	310	-	-	-
Cível (e)	21.892	-	-	-
<b>Total controladora</b>	<b>81.307</b>	<b>65.484</b>	<b>58.661</b>	<b>55.474</b>
<b>Total controladas</b>	<b>180</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>-</b>
<b>Total consolidado</b>	<b>81.487</b>	<b>65.484</b>	<b>58.681</b>	<b>55.474</b>
Circulante				
Não Circulante	2.090	17.779	-	-
	79.397	47.705	58.661	55.474

a) Os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito.

b) A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da alteração referente ao aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins de 2% para 3%, instituída pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, bem como questionou o aumento da base de cálculo para fins de apuração do Pis e da Cofins.

Os processos de Pis/Cofins tiveram decisão definitiva em março de 2007, sendo o aumento da alíquota julgado desfavoravelmente e o aumento da base de cálculo julgado favoravelmente à Companhia. A parcela da provisão referente ao processo que discutia o aumento da alíquota da Cofins e respectivos depósitos judiciais não foram compensados até 31 de dezembro de 2009, em razão de a Companhia estar aguardando a conclusão das análises por parte do Tribunal e a conversão dos depósitos em renda à União. A parcela da provisão correspondente à discussão do aumento da base de cálculo da Cofins, no valor de R\$11.425, foi revertida em setembro de 2007. Os depósitos judiciais correspondentes a essa parcela continuam registrados na conta "cauções e depósitos vinculados", em razão de ainda não ter sido autorizado o seu levantamento.

c) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de setembro de 2003 e restabelecida em 30 de setembro de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspenção a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito *ex nunc* da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valerá para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão.

d) As Administrações da Companhia e das controladas, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Existem 141 processos de ações cíveis públicas versando sobre danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O acionamento em face da Companhia se deu em razão de grande parte das ocupações irregulares estarem situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de Concessão da Companhia em que seria pressuposto necessário a sua fiscalização e preservação. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria através de indenização. O prognóstico de perda para a Companhia é provável no montante individual de R\$2 para cada demanda, cujo valor total para as 141 ações perfaz a quantia de R\$284. As Administrações da Companhia e das controladas, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

e) Em outubro de 2008, em decorrência da liminar obtida pela AES Sul, que determinou a suspensão dos efeitos do Despacho ANEEL nº 288, de 16 de maio de 2002, e requereu que a ANEEL fizesse nova contabilização do mercado de curto prazo, relativamente ao período de janeiro a dezembro de 2001, a ANEEL encaminhou à CCEE o Ofício nº 256/2008-DRI/ANEEL, determinando a contabilização e a liquidação no mercado de curto prazo com a suspensão dos efeitos do Despacho nº 288. Entretanto, considerando que a ação judicial movida pela AES Sul ainda está em sua fase inicial e não teve o mérito julgado até o momento, a Companhia está tomando as medidas cabíveis para sua proteção até que haja decisão definitiva sobre o mérito da ação, entretanto a Companhia liquidou aproximadamente R\$7.913 dessa obrigação, em 07 de novembro de 2008. Em 2009, os consultores legais da Companhia julgaram a probabilidade de perda desse processo como provável, razão pela qual a Companhia efetuou o registro dessa provisão.

A seguir apresentamos um resumo das contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível e, conforme o disposto na Deliberação CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005, que referendou a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 do braco, ainda não foram registradas. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da Contingência	Controladora	
	Valor de Contingência Estimada 31/12/2009	
<b>16.1</b> Recomposição de danos ambientais	Não determinado	
<b>16.2</b> Compensações de IRPJ e CSLL	82.502	
<b>16.3</b> Obrigação de expansão - Ação popular	Não determinado	
16.1) Processos de ação civil pública para obter liminar que suspenda o processo de licenciamento ambiental e para obrigar a Companhia a efetuar recomposição de danos ambientais de correntes da inundação dos reservatórios. Esses processos de forma geral requerem que a Companhia efetue programas de compensação ambiental. Esses processos contêm valor de causa simbólico e não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.		
16.2) Despacho Decisório emitido pela autoridade julgadora, que não homologou as compensações de IRPJ e CSLL de estimativas mensais de alguns meses do ano de 2004 e 2003, com créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL do ano-calendário 2002 e 2001 efetuados através do preenchimento das declarações de compensações (PER/DCOMPs).		
16.3) Foi proposta Ação Popular pleiteando a aplicação das penalidades previstas nas cláusulas 9ª, 10ª e 11ª dos respectivos contratos de concessão, determinando-se a rescisão e/ou cancelamento das concessões das empresas Duke Energy International Geração Paranapanema S.A. e AES Tietê S.A., bem como a aplicação das demais penalidades (multas, intervenção, revogação da concessão, extinção da concessão e reversão dos bens e instalações vinculados), além da responsabilização pessoal, civil e criminal dos agentes públicos da ANEEL e da União Federal que não cumpriram as suas atribuições fiscalizatórias. A Companhia já apresentou a sua defesa ante à apresentação e réplica pelas partes autoras e é aguardado o início da fase de produção de provas, sendo que após requerimento do Ministério Público, em 30 de setembro de 2009, foi determinado que as partes autoras indiquem as pessoas físicas que devem integrar a ação na qualidade de réus.		

**17. Patrimônio**

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o capital social autorizado da Companhia é de R\$4.600.000, sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias e R\$2.216.740 em ações preferenciais, sendo que o capital social integralizado é de R\$207.227. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o capital social da Companhia estava representado por 381.253 mil ações, sendo 197.461 mil ações ordinárias e 183.792 mil ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, respectivamente.

Em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de fevereiro de 2008, foi aprovada "ad referendum" da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, a proposta para agrupamento das ações na proporção de 250 para 1, de maneira que o capital social da Companhia passe a ser dividido em 197.461.211 ações ordinárias e 183.792.282 ações preferenciais. Após a aprovação da Assembléia Geral Extraordinária, foi publicado aviso ao mercado estabelecendo prazo de 30 dias a contar da data da publicação durante o qual as ações continuaram a ser negociadas sem o referido agrupamento. O Aviso aos Acionistas referente ao agrupamento de ações foi divulgado em 26 de fevereiro de 2008.

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são resgatáveis. No entanto, têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos, não cumulativos, de 10% a mais do que os atribuídos às ações ordinárias e direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas de lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias, com exceção da reserva especial de ação que será objeto de capitalização em proveito do acionista controlador (nota nº 9).

Reservas	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Composição dos saldos das reservas:		
Reservas de capital:		
Reserva especial de ação na incorporação (a)	232.547	232.547
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	17.613	17.613
Outras reservas de capital	2.204	2.204
<b>Total</b>	<b>252.364</b>	<b>252.364</b>
Reserva de lucro:		
Reserva legal (b)	41.446	41.446
a) A reserva especial de ação foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ação da controladora AES Gás Ltda., no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescentes na conta de reserva no montante de R\$206.929; e (ii) incorporação do ação da coligada AES Tietê Participações S.A., no montante de R\$25.618, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007. Essa reserva (líquida de provisão), constante do patrimônio líquido da Companhia, será capitalizada em favor do acionista controlador, Companhia Brasileira de Energia (Incorporadora da Tietê Empreendimentos S.A. e da AES Tietê Participações S.A.), à medida que o benefício fiscal seja realizado.		
b) A Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios de 2009 e de 2008 pois foi atingido o limite de 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.		

**Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e/ou propostos no exercício**

- a) O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.
- b) Em dezembro de 2008, a Administração da Companhia propôs pagamento de juros sobre capital próprio, que foram pagos em 2009, no valor de R\$31.315 (bruto dos efeitos tributários), sendo pago R\$0,07826909 por ação ordinária e R\$0,086095999 por ação preferencial.
- c) Em dezembro de 2008, a Administração da Companhia propôs pagamento de dividendos no montante de R\$166.509, correspondentes a R\$0,41665204 por ação ordinárias e R\$0,458321824 por ação preferenciais, aprovado em Assembléia Geral dos Acionistas, realizada em 23 de abril de 2008. Estes dividendos foram pagos a partir de 07 de maio de 2008.
- d) Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 14 de maio de 2008, foi deliberado o pagamento de dividendos intermediários com base no lucro apurado pela Companhia no 1º trimestre de 2009, no valor de R\$215.295, sendo pago R\$0,538731899 por ação ordinárias e R\$0,592605089 por ação preferenciais.
- e) Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de agosto de 2009, foi deliberado o pagamento de dividendos intermediários, correspondentes ao saldo remanescente do lucro apurado no 1º semestre de 2009, no valor de R\$199.199, sendo pago R\$0,49845527 por ação ordinárias e R\$0,548301080 por ação preferenciais.
- f) Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de novembro de 2009, foi deliberado o pagamento de dividendos, correspondentes ao saldo remanescente do lucro apurado no 3º trimestre de 2009, no valor de R\$221.400, sendo pago R\$0,554009192 por ação ordinárias e R\$0,609410111 por ação preferenciais.
- g) Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de dezembro de 2009, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$30.688 (bruto dos efeitos tributários), sendo pago R\$0,0767907896 por ação ordinárias e R\$0,0844698685 por ação preferenciais.
- h) Em dezembro de 2009, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada a proposta da Administração da Companhia para pagamento de dividendos referentes ao saldo remanescente do lucro do exercício de 2009, no montante de R\$113.653, correspondente a R\$0,284394455386 por lote de mil ações ordinárias e R\$0,312833900924 por lote de mil ações preferenciais.
- i) Dos dividendos apurados pela Administração da Companhia referentes a exercícios anteriores R\$6.999 não foram pagos em função de alguns acionistas não terem requerido esses dividendos.

**18. Suprimentos, Compra e Transporte de Energia Elétrica**

	2009		2008	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Geração própria/outras:				
Contrato bilateral (nota nº 21)	11.107.680	1.675.523	11.138.112	1.566.738
Energia de curto prazo	-	71.214	-	115.679
<b>Total - controladora</b>	<b>11.107.680</b>	<b>1.746.737</b>	<b>11.138.112</b>	<b>1.682.417</b>
AES Minas PCH Ltda.		7.820		7.820
<b>Total - consolidado</b>	<b>11.107.680</b>	<b>1.754.557</b>	<b>11.138.112</b>	<b>1.690.331</b>
Energia elétrica comprada:				
Contratos bilaterais	398.331	36.385	298.656	33.880
Energia de curto prazo	-	9.824	-	12.504
Encargos de transmissão	-	105.942	-	137.856
Encargos de conexão	-	850	-	853
<b>Total - controladora</b>	<b>398.331</b>	<b>153.001</b>	<b>298.656</b>	<b>185.093</b>
AES Minas PCH Ltda.	-	241	-	546
<b>Total - consolidado</b>	<b>398.331</b>	<b>153.242</b>	<b>298.656</b>	<b>185.639</b>

(\*) Dados não auditados pelos auditores independentes

**19. Despesas Operacionais**

	Controladora e consolidado	
	2009	2008
Provisões Operacionais		
Provisão para litígios e contingências (vide nota nº 16)	22.203	-
Provisão redução provável valor de realização (vide nota nº 11)	14.440	-
Outros	(1.481)	2.966
<b>Total - controladora</b>	<b>35.162</b>	<b>2.966</b>
AES Minas PCH Ltda.	1.045	-
AES Rio PCH (vide nota nº 11)	18.551	-
<b>Total - consolidado</b>	<b>54.758</b>	<b>2.966</b>

**Despesas Gerais e Administrativas**

2009		2008	
Pessoal	20.435	20.854	
Materiais e serviços de terceiros	16.920	14.803	
Depreciação e Amortização	-	569	
<b>Total</b>	<b>37.355</b>	<b>36.226</b>	

**Outras Despesas Operacionais**

2009		2008	
Taxa de Fiscalização - ANEEL	4.793	4.027	
Aluguéis	555	841	
Doações	9.749	5.914	
Outras	2.321	3.267	
<b>Total</b>	<b>17.418</b>	<b>14.049</b>	

**20. Receitas (Despesas) Financeiras**

Controladora e consolidado			
2009		2008	
Receitas Financeiras			
Aplicações financeiras	76.960	93.305	
Outros	464	1.187	
<b>Total - controladora</b>	<b>77.424</b>	<b>94.492</b>	
AES Minas PCH	186	405	
<b>Total - consolidado</b>	<b>77.610</b>	<b>94.897</b>	

**Despesas Financeiras**

Juros sobre empréstimos	(107.490)	(120.178)
Outras	(6.600)	(4.625)
<b>Total - controladora</b>	<b>(114.090)</b>	<b>(124.803)</b>
AES Minas PCH	(16)	(22)
AES Rio PCH	(124)	-
<b>Total - consolidado</b>	<b>(114.230)</b>	<b>(124.825)</b>

**Variáveis monetárias, líquidas**

Empréstimos	21.899	(109.058)
Energia livre	-	938
Encargos de uso demais instal. de transmissão - TUSDG	(21.789)	(16.961)
Itaipu	7.824	(7.429)
Outros	1.089	3.088
<b>Total - controladora e consolidado</b>	<b>9.023</b>	<b>(129.422)</b>

**21. Partes Relacionadas**

A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira). A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais além da Companhia: Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), e AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("Uruguiana S.A."), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de duas empresas de telecomunicações (Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Communications Rio de Janeiro S.A.) e uma comercializadora de energia elétrica (AES Inoenergy Ltda.). A Brasileira também detém o controle da AES Elpa S.A. que é a controladora da Eletropaulo.

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se principalmente ao suprimento de energia elétrica para a Eletropaulo, conforme demonstrado a abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2009	2008
<b>Ativo Circulante</b>		
Contas a receber de partes relacionadas		
Eletropaulo Metropolitana:		
Contrato bilateral	186.511	188.458
<b>Total</b>	<b>186.511</b>	<b>188.458</b>

**Transações:**

Receita operacional:		
Eletropaulo Metropolitana:		
Contrato bilateral (nota nº 18)	1.675.523	1.566.738
<b>Total</b>	<b>1.675.523</b>	<b>1.566.738</b>

Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. (Eletropaulo), pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a vender a partir de 2003 para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato a partir de janeiro de 2008 correspondem a 1.268 MW médios. Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O preço, em 31 de dezembro de 2009, é de R\$152,00/MWh (31 de dezembro de 2008 - R\$149,72 por MWh).

**Remuneração da Alta Administração**

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. No exercício de 2009 e de 2008, a remuneração anual foi conforme segue:

	Consolidado	
	2009	2008
Salário	1.389	1.348
Gratificações	14.541	895
Benefícios privada	103	100
Benefícios	195	188
Encargos	566	449
<b>Total</b>	<b>3.691</b>	<b>2.980</b>

A remuneração da alta administração da Companhia é determinada por um comitê de remuneração, sendo consideradas as performances individuais e as tendências de mercado.

**22. Instrumentos Financeiros**
**22.1 Considerações gerais**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- Disponibilidades (vide nota 05);
- Aplicações financeiras (vide nota 05);
- Revendedores (vide nota 06);
- Contas a receber de partes relacionadas (vide nota 21);
- Cauções e depósitos vinculados;
- Empréstimos e financiamentos e encargos de dívida (vide nota 13);
- Dividendos propostos e declarados (vide nota 17);
- Encargos ao consumidor a recolher (vide nota 18); e
- Fornecedores (vide nota 12).

**22.2. Valor justo**

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia estão demonstrados a seguir:

	2009		2008	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
<b>Ativo</b>				
Disponibilidades	151			

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2009 e 2008  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)
**22.6. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:**

As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras. As vendas são efetuadas por meio dos denominados "contratos bilaterais", que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa do contrato bilateral vigente é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas por meio do contrato bilateral (faltas ou sobras) são ajustadas por meio das regras de mercado e liquidadas no mercado de curto prazo (CCEE).

**22.6.1 Risco de crédito**

As vendas de energia através de contratos são efetuadas integralmente para sua coligada Eletropaulo e estão garantidas pelos seus recebíveis, tendo a Companhia o direito de reter o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber.

**22.6.2 Risco de preço**

O preço da energia elétrica vendida para a distribuidora está, atualmente, no nível do preço determinado no contrato bilateral (preço médio em 2009 - R\$150,84 por MWh e 2008 - R\$140,71 por MWh), cujos preços estão em torno do valor normativo de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco de faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais e bilaterais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

**22.6.3 Risco de taxas de juros e indexadores**

O principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a juros de 10% ao ano mais variação do IGP-M. Conseqüentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice de preços. O impacto causado pela variação do IGP-M sobre os empréstimos é minimizado, em parte, pelo aumento dos preços nos contratos iniciais que também estão indexados à variação desse mesmo índice.

**22.6.4 Risco hidrológico**

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

**23. Seguros**

Em 31 de dezembro de 2009, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Data de vigência		Importância Segurada - R\$
	De	Até	
Riscos Operacionais	01/04/2009	01/04/2010	1.398.600
Vida em grupo	01/11/2009	01/11/2010	25 X salário
Responsabilidade Civil	01/06/2009	01/06/2010	30.000
Frota veículos - RCF	31/08/2009	31/08/2010	RCF Garantia Única 1.000 Casco - Tabela FIPE

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

**24. Investimentos em Meio Ambiente - (Não Auditada)**

Do total de gastos com meio ambiente em 2009, R\$10.621 (R\$4.990 em 2008) foram imputados ao resultado do exercício e R\$11.053 (R\$7.108 em 2008) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do MCSPEE.

Gastos Meio Ambiente	2009	2008
Programas de Restauração e Conservação da Biodiversidade	192	1.596
Programas de Inspeção e Proteção das APPs	2.188	2.185
Programas Sócio-Ambientais	84	263
Programas de Gestão Ambiental (SGA)	94	249
Gestão de Licenciamento Ambiental	2.074	2.533
Gestão Operacional	1.070	652
Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	11.948	2.590
Mão de Obra com Gerenciamento	4.024	2.030
<b>Total</b>	<b>21.674</b>	<b>12.098</b>

A Companhia possui projetos que consolidam seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles: (i) o programa de produção de mudas de espécies arbóreas nativas, em alta biodiversidade com mais de 130 espécies distintas; (ii) o programa de produção de alevinos de espécies nativas do rio Tietê, com base no qual já foram recuperadas as populações de sete (7) espécies nativas da região sudeste do Brasil; e (iii) o programa de monitoramento da qualidade da água.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Britaldo Pedrosa Soares**  
Presidente do Conselho

**Andrew Martin Vesey**  
Vice-Presidente do Conselho

**Jorge Michel Lepeltier**  
**Francisco Jose Morandi López**

**Andres Gluski Weillert**  
**Arminio Francisco Borjas Herrera**

**Luis Felipe Alfonso Cerón Cerón**  
**Carlos Augusto Galvani Marchese**

**Marcelo de Carvalho Lopes**  
**Pedro Roberto Cauvilla**

**Peter Greiner**

**CONSELHO FISCAL**

**Ricardo Berer**  
Presidente do Conselho

**Kurt Janos Toth**

**Mauro Thomaz de Oliveira Gomes**

**Marcello Joaquim Pacheco**

**Claudio José de Oliveira Magalhães**

**DIRETORIA**

**Britaldo Pedrosa Soares**  
Diretor Presidente

**Rinaldo Pecchio Junior**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Arturo Enrique Gris Lindenthaler**  
Diretor Vice-Presidente

**Airton Ribeiro de Matos**  
Diretor de Controladoria Corporativa

**Sheilly Caden Contente**  
Diretora

**Cibele Castro**  
Diretora

**Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira**  
Diretor

**Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho**  
Diretor

**Maurício Caobianco de Freitas**  
Contador - CRC 1SP 090676/O-8

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da **AES Tietê S.A.**, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S. datado de 5 de fevereiro de 2010, opina, por sua maioria, que as Demonstrações Contábeis e correspondentes Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e a Proposta de Destinação do Resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas da **AES Tietê S.A.**, quando da Assembleia Geral prevista para ocorrer em 30 de abril de 2010.

São Paulo, 11 de março de 2010

**Ricardo Berer** - Presidente  
**Kurt Janos Toth**  
**Claudio José de Oliveira Magalhães**  
**Mauro Thomaz de Oliveira Gomes**

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Acionistas e Administradores da **AES Tietê S.A.**

São Paulo - SP  
1. Examinamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) da AES Tietê S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Tietê S.A. e suas controladas (controladora e consolidado), em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2010

  
**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

**José Antonio de A. Navarrete**  
Contador CRC1SP198698/O-4

**Marcos Alexandre S. Pupo**  
Contador CRC1SP221749/O-0

# AES Tietê. Pela segunda vez consecutiva, a melhor das melhores.

Gerar energia limpa, segura e confiável. Esse é o papel da AES Tietê, eleita a melhor empresa do setor energético do país pela Revista Exame - Prêmio Maiores e Melhores. É mantendo a harmonia entre o negócio, o meio ambiente e o respeito à sociedade que criamos valor para que todos cresçam de forma sustentável.

# A nossa atitude é fazer a diferença nas comunidades!

## A AES Brasil é mais responsabilidade social

Mais de 6,7 mil crianças, adolescentes e adultos são beneficiados pela Casa de Cultura e Cidadania, projeto social que a AES Brasil mantém em São Paulo, Osasco, Lins, Barra Bonita, Caconde e São José do Rio Pardo. São espaços que oferecem atividades de teatro, dança, música, artes circenses e ginástica rítmica, além de oficinas de geração de renda e cursos profissionalizantes.

Vale a pena você conhecer um pouco mais sobre esse projeto de responsabilidade social.

Acesse  
[www.casadeculturaecidadania.com.br](http://www.casadeculturaecidadania.com.br)

 **AES Brasil**

AES Com Rio  
AES Eletropaulo  
AES Eletropaulo Telecom  
AES Infoenergy  
AES Sul  
AES Tietê  
AES Uruguiana